

Synthesis
Arquitetura e Urbanismo
Revista de Produção Científica do Curso de
Arquitetura e Urbanismo da UNIFACVEST

Ano II - Nº 2 - jul/dez 2018

Synthesis - ISSN 1676-9805

**SYNTHESIS ARQUITETURA E URBA-
NISMO - REVISTA DE PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DO CURSO DE ARQUITE-
TURA E URBANISMO DA UNIFACVEST.**
Lages: Papervest Editora, nº 4, julho a dezem-
bro de 2018, 70p.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST
Mantenedora: Sociedade de Educação Nossa Senhora Auxiliadora

Publicação da Papervest Editora
Av. Marechal Floriano, 947 - Cep: 88.503-190 - Fone: (49)3225-4114 - Lages / SC

www.unifacvest.net

**Synthesis Arquitetura e Urbanismo - Revista de Produção Científica
do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACVEST**

Editor - Renato Rodrigues

Conselho Editorial - Coordenador e Professores
do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifacvest

Diagramação - Marcelo Antonio Marim

SYNTHESIS ARQUITETURA E URBANISMO - REVISTA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST
Ano II, nº 2, Lages: UNIFACVEST - julho a dezembro de 2018, 70p.

Semestral
ISSN 1676-9805

1. Educação - 2. Ciências
I. Título

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST

Reitor

Geovani Broering

Pró-reitora Administrativa

Soraya Lemos Erpen Broering

Pró-reitor de Pesquisa e Extensão

Renato Rodrigues

Pró-reitor Acadêmico

Roberto Lopes da Fonseca

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que o Centro Universitário Unifacvest entregam a comunidade acadêmica e sociedade em geral mais uma Revista Synthesis.

O papel de uma instituição de Ensino Superior é garantir o desenvolvimento do tripé que sustenta a universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão). É com este espírito que o Centro Universitário Unifacvest tem atuado nestes últimos anos, garantindo qualidade e possibilidade de desenvolvimento intelectual, gerando uma melhor expectativa de crescimento econômico e buscando a garantia da cidadania em sua plenitude.

Uma revista científica cumpre uma missão consagradora das pesquisas de professores de nossa instituição, que vão de projetos individuais a coletivos. A divulgação dos resultados destes processos de trabalho é o objetivo central de nossa revista, que dará visibilidade a estas iniciativas e seus resultados.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossa disposição de sempre estar apoiando projetos criativos e inovadores nas diversas áreas do conhecimento, respeitando as peculiaridades das diversas ciências e de nossos professores/pesquisadores.

Neste sentido, convidamos mais profissionais que atuam em nossa instituição para escreverem artigos e participar deste projeto de fazermos da Revista Synthesis um canal sério e dedicado à pesquisa de ponta, além de ser uma Revista Científica multi-temática que estará dialogando com profissionais de outras instituições de Ensino Superior do Brasil e do Exterior.

Geovani Broering
Reitor do Centro Universitário UNIFACVEST

SUMÁRIO

ABRAÇO: CASA DE APOIO A USUÁRIOS DE SERVIÇOS HOSPITALARES Maria Laura Lorini; Tais Trevisan; Andreia Regina Montresol Teles; Cintia Aparecida Neuburger Zanqueta.....	01
CENTRO DE APOIO PARA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA Matheus Schweitzer; Tais Trevisan; Caroline Ramella; Fernanda Mincarone.....	09
CIAC – CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO Mariana Lopeteghi; Tais Trevisan; Caroline Ramella; Fernanda Mincarone.....	19
ESPAÇOS PÚBLICOS E [RE]NOVAÇÃO URBANA Rennan Bastos; Tais Trevisan; Altair Baú; Diego Scopel.....	27
REURBANIZAÇÃO DE SANTA TEREZINHA COM FOCO NA QUALIDADE DE VIDA Rubia Mara Roza; Tais Trevisan; Fernanda Mincarone Broening; Diego Scopel.....	41
TRANSCEDER – CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM LAGES - SC Thais Pereira Pagani De Arruda; Tais Trevisan; Cintia Aparecida Neuburger Zanqueta; Andreia Regina Montresol Teles.....	57
NORMAS PARA COLABORADORES.....	70

ABRAÇO: CASA DE APOIO A USUÁRIOS DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Maria Laura Lorini¹

Tais Trevisan²

Andreia Regina Montresol Teles³

Cintia Aparecida Neuburger Zanqueta⁴

RESUMO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é um estado de completo bem estar físico, mental e social e, não meramente a ausência de doenças ou enfermidades. Atualmente já é comprovado que a recuperação dos pacientes está ligada a diversos outros fatores além do tratamento clínico. O contato social com outras pessoas, o desenvolvimento de atividades ocupacionais, o acesso facilitado a informações e a qualidade dos ambientes em que os pacientes são acolhidos são fatores que ajudam para uma recuperação eficaz. O paciente necessita de acolhimento, preferencialmente por um ambiente que lhe agrade e, que proporcione conforto e paz semelhantes aos encontrados em seu lar. As casas de apoio proporcionam um ambiente familiar, distanciando-se do aspecto hospitalar e aproximando-se do contexto da rotina doméstica.

ABSTRACT

According to the World Health Organization (WHO), health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity. It has now been proven that the recovery of patients is linked to several factors other than clinical treatment. Social contact with others, the development of occupational activities, facilitating access to information, and the quality of the environments in which patients are accommodated are all factors that contribute to effective recovery. The patient needs to be accommodated, preferably by an environment that pleases him or her, and which provides comfort and peace similar to those found in his home. The support houses provide a familiar environment, distancing themselves from the hospital aspect and approaching the context of the domestic routine.

¹ Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso 1

² Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela universidade federal da bahia.

³ Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em habitação: planejamento e tecnologia pelo instituto de pesquisas tecnológicas de são paulo.

⁴ Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, especialista em segurança do trabalho pelo centro universitário unifacvest.

1. INTRODUÇÃO

O município de Lages, exerce a função de cidade satélite na Serra Catarinense, oferecendo um sistema de saúde mais completo e eficaz em relação as cidades vizinhas.

Diariamente recebe pacientes vindos de outras cidades para usufruir destes serviços de saúde, por um tempo elevado ou curto. A maioria dessas pessoas não possuem condições para pagar por hospedagem e infelizmente o único local que oferece este atendimento de forma gratuita é a Casa de Apoio Colibri que atende exclusivamente pacientes em tratamento contra o câncer e hemodiálise.

Deste modo, o presente trabalho de conclusão de curso será dedicado a elaboração de um projeto arquitetônico para uma Casa de Apoio a usuários dos serviços hospitalares na cidade de Lages, disponibilizando suporte físico, social e emocional de forma gratuita.

2. JUSTIFICATIVA

O tema justifica-se a partir da observação de problemas decorrentes do sistema de saúde do nosso estado, que tem como característica a concentração de atendimentos hospitalares nos municípios maiores.

Por Lages ser um dos principais centros clínicos de Santa Catarina, com diversos centros de tratamentos especializados, moradores de cidades menores, se deslocam frequentemente, geralmente em veículos coletivos (vans, ônibus, ambulâncias, etc.) e acabam por passar um ou vários dias na cidade, para usufruir dos serviços de saúde.

Muitas vezes o paciente e a família não tem um local para permanência e nem condições de alugar uma moradia temporária ou hotéis.

Isso acarreta uma serie de consequências, agravando o enfrentamento da doença: desgastes físicos, financeiros e psicológicos, tanto para o enfermo quanto para a família. Conforme pesquisas Lages atende cerca de 80 municípios do estado. Além da Serra Catarinense, a estrutura de saúde de Lages recebe pacientes do Oeste, Meio Oeste e do Alto Vale do Itajaí.

Segundo a última pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2009, Lages contava com 107 estabelecimentos de saúde públicos e privados; a oitava cidade com mais estabelecimentos do estado de Santa Catarina.

O município de Lages conta com 5 hospitais, sendo 2 particulares e 3 públicos de referência para o estado. O Hospital Infantil Seara do Bem, inaugurado em 1968, é o único hospital especializado em pediatria do interior catarinense, atende todos os municípios da região serrana, bem como as principais regiões de Santa Catarina, recebendo também eventualmente pacientes de outros estados.

O Hospital Nossa Senhora dos Prazeres (HNSP), fundado em 1915, atende diversas especialidades, entre elas AVC e é referência em traumatologia e ortopedia.

Hospital Tereza Ramos (HTR), inaugurado em 1943, é referência estadual em tratamento de queimados e referência na região da Associação dos Municípios da

Região Serrana (AMURES) em obstetrícia, neonatologia e gestação de alto risco. Atualmente com a ampliação do HTR, um anexo de 8 andares, com mais de 17 mil metros quadrados, que está em fase final de construção, aumentará a capacidade de atendimento em diversos tratamentos.

O hospital ganhará mais 122 leitos, serviço de urgência e emergência, centro de diagnóstico por imagens, centro cirúrgico e heliponto para agilizar o transporte aéreo de pacientes. Segundo a última publicação do Governo do estado, a ampliação do HTR beneficiará 800 mil pessoas de 67 municípios catarinenses.

Com isso, aumenta a necessidade de apoio aos pacientes e familiares que buscam a cidade para fazer tratamentos e não tem condições financeiras para arcar com despesas em hospedagem, alimentação e de higiene pessoal.

Atualmente o município conta com duas entidades, a Casa de apoio as pessoas com câncer Maria Tereza, que auxilia 100 famílias de Lages e região com doações de cestas básicas. A outra entidade é a Casa de Apoio Colibri que tem como objetivo atender pacientes em tratamento quimioterápico e hemodiálise, está é a única que dispõe de alojamentos, locais para higiene pessoal, serviços de atendimentos sociais e alimentação.

No entanto, hoje a Casa de Apoio Colibri acolhe 36 pessoas fixas mensalmente e encontra-se com a sua capacidade de alojamento esgotada, não conseguindo atender toda a demanda.

Por esse motivo, é indispensável a criação de uma nova instituição que de suporte às existentes, além de expandir o atendimento que ofereça apoio a outras alas dos hospitais.

3. DESCRIÇÃO DO TEMA

3.1 Casa De Apoio

Para Bachelard apud Santos e Silveira (2011) a casa representa o nosso primeiro canto do mundo, o primeiro universo. É possível reconhecer que seu papel inicial é de abrigo, protegendo seus indivíduos contra todos os males físicos. Porém, a prática de habitar da casa corresponde há um significado mais profundo, onde representa cada ser que nela reside, através de lembranças, sonhos e pensamentos, caracterizando para cada morador uma ligação diferente com a edificação.

3.1.1. Origem das Casas de Apoio no Brasil

As primeiras casas de apoio surgiram para hospedar pacientes portadores de câncer, pois o Ministério da Saúde com as entidades e hospitais oncológicos, detectaram que muitos pacientes abandonavam o tratamento, por não terem como arcar com os custos de hospedagem na cidade, ou por causa do desgaste físico e mental ocasionados por longas viagens diárias.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a definição Instituição de Acolhimento, é como o próprio nome diz: o acolhimento temporário de qualquer indivíduo em situação de vulnerabilidade com o intuito de assegurar ao beneficia-

do sua autonomia, respeitando as diferenças, os costumes, as tradições, além da garantia de privacidade do mesmo, propiciando o convívio familiar e a integração social (MDS, 2015).

3.1.2. Estrutura das Casas de Apoio

Segundo o documento Guia de Recomendações do Ministério da Saúde (1997) as Casas de Apoio devem dispor de uma infraestrutura adequada para receber essa clientela especial tão necessitada de atenção. Assim como a estrutura física, elas necessitam de investimento na assistência multidisciplinar, pois tão importante quanto o tratamento médico é a atenção dada aos aspectos psicossociais do indivíduo acometido por algum tratamento.

As casas de apoio, geralmente são planejadas com a mínima infraestrutura, são em sua maioria iniciativas de instituições não governamentais, sem fins lucrativos, mantidas por voluntários, doações da sociedade civil ou programadas de responsabilidade social de empresas. Ainda de acordo com o Guia uma grande quantidade possui sede própria, obra de doações religiosas e mesmo de pessoas conhecidas envolvidas neste tipo de ajuda. Os quartos devem ser separados de acordo com as necessidades dos pacientes, todas as instituições devem possuir áreas comuns, como refeitórios e salas de recreação e entre outros. A questão do alvo a ser atingido influencia, também, a organização da estrutura física, determinando os espaços e os cômodos disponíveis, segundo as necessidades das pessoas.

3.1.3. Classificação das Casas de Apoio

Considerando a necessidade de um perfil funcional e de uma futura classificação pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde(2010), identifica-se como fatores importante para ser investida nas Casas de Apoio:

Quanto ao número de leitos disponíveis:

- Pequeno e Médio Porte (entre 10 e 20 leitos);
- Grande Porte (número superior a 20 leitos).

Quanto ao período de permanência do paciente:

- Curta duração (inferior a 30 dias) ou suporte temporário;
- Longa duração (superior a 30 dias) - geralmente para pacientes com graves problemas de inserção social, que passam a ser usuários permanentes.

Quanto à complexidade das atividades desenvolvidas, como por exemplo:

- Atividades Terapêuticas e de Reintegração Social: laborterapia, comercialização de artesanatos produzidos por pacientes, fornecimento de cestas básicas às famílias;
- Atividades Assistenciais: apoio psicológico, serviços odontológicos, assistência ao paciente acamado e apoio em funerais.

3.1.4. Constituição legal para Casas de Apoio

O processo de constituição legal das Casas de Apoio não difere daquele válido para todas as associações, organizações não governamentais e corporações sem fins lucrativos.

Ele inclui (segundo o guia de recomendações do Ministério da Saúde, 1997), basicamente, os seguintes passos:

Efetivação de uma assembleia onde os membros da instituição irão definir a sua criação e os seus objetivos.

Registro em cartório público da ata de reunião da fundação da entidade.

Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes-CGC.

Solicitação ao órgão competente do alvará para funcionamento, e elaboração, com posterior registro em cartório público, do estatuto social.

O Estatuto Social é o instrumento constitutivo que possibilita organizar legalmente a entidade. Deve ser elaborado de maneira a incluir todas as informações que caracterizam a instituição, como: natureza; denominação; finalidade; prazo; classificação dos membros e dos órgãos deliberativos com seus direitos e deveres; patrimônio; economia; finanças; e disposições gerais e transitórias.

Após a sua elaboração e aprovação pelos membros com poder de deliberação, deverá ser, obrigatoriamente, registrado em cartório público, transformando-se em um dos principais documentos da Instituição ou Casa.

Depois da sua legalização, é fundamental que os dirigentes das Casas de Apoio providenciem a elaboração de um Regimento Interno. Este documento terá por base as informações contidas no Estatuto Social. Deve ser executada de forma a contemplar os direitos e deveres dos pacientes assistidos, dos funcionários e dos voluntários. O documento deve ser aprovado tanto pela direção da Instituição quanto pelos seus usuários.

A partir da legalização, elaboração e/ou concessão dos documentos descritos acima, a Instituição viabilizará não só o seu funcionamento, como também a obtenção de recursos financeiros públicos e a solicitação de benefícios fiscais, que possibilitarão uma redução significativa nas suas despesas.

4. ARQUITETURA E A CURA

A arquitetura tem como principal objetivo criar ambientes que proporcionem o bem estar das pessoas que dele usufruem.

Portanto, atualmente os espaços voltados para área da saúde estão passando por transformações em função da preocupação com seus usuários. Transformações estas, ligadas ao conceito de humanização, que considera de fundamental importância o bem estar físico, psicológico e social de todos os utilizadores deste espaço.

“Saúde é o estado de mais completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade” (Organização Mundial de Saúde – Conferência de Alma Ata, 1978).

Segundo pesquisas desenvolvidas em universidades e hospitais americanos, citadas por LINTON (1992, p.126), já é comprovado que a qualidade dos estabeleci-

mentos de saúde pode acelerar o processo de cura

Oferecer moradias confortáveis e acolhedoras, é oportunizar proteção física e mental, ajudando na recuperação da saúde.

Por isso é necessário o conhecimento de soluções arquitetônicas que não remetam aos hospitais frios e insalubres, mas sim ao verdadeiro lar.

“O espaço físico não poderá eliminar o sofrimento do paciente, mas pode contribuir para melhorar o seu bem-estar e o dos funcionários através da criação de um ambiente mais humanizado e adequado as suas expectativas e necessidades.” (CAVALCANTI, 2007).

Segundo estudos de Millicent Gappell (1995), o bem estar físico do homem é influenciado por seis fatores, sendo eles:

LUZ: tanto natural quanto artificial, trazendo benefícios a saúde e conforto.

COR: influência nos estímulos sensoriais como na percepção diferenciada de objetos e espaços.

SOM: a permanência em um ambiente com ruído contínuo é prejudicial à saúde de qualquer pessoa. Porém existem sons utilizados para relaxamento.

AROMA: O cheiro influencia o lado emocional, tem o poder de resgatar memórias. Pode ser tanto positivo como negativo.

TEXTURA: Estimulam a sensação e percepção do espaço. A natureza é rica em texturas, por isso seu contato é importante.

FORMA: Incentiva a maneira de deslocamento e entendimento do ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso, buscou levantar dados e informações capazes de defender a importância e necessidade da Casa de Apoio para o município de Lages - Santa Catarina.

A cidade tem recebido vários investimentos que apontam a ampliação no atendimento médico e aos poucos vem se tornando uma referência cada vez mais forte em diversos tipos de atendimentos especializados. Com isso, acredita-se que o número de pessoas que desloca-se até Lages irá aumentar consideravelmente nos próximos anos, ampliando assim a procura por locais de hospedagem e apoio.

Perante todo o acervo teórico estudado foi desenvolvido um programa de acordo com as necessidades dos usuários da Casa de Apoio e uma proposta volumétrica com base no terreno escolhido e nos condicionantes climáticos e legais. Isso tudo com o intuito principal de promover a integração entre as pessoas, a edificação e o entorno.

Com base nisso, acredita-se que com a implantação da Casa de Apoio seja possível obter uma melhora na qualidade de vida.

Esse equipamento de assistência na área da saúde, visa contribuir na recuperação dos pacientes e acompanhantes, de modo a promover um espaço receptivo, oferecendo apoio físico, psicológico e social.

6. REFERÊNCIAS

SILVA, Denize da. Hotel pedras brancas: retrofit que traz esperança. 2017. 113 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unifacvest, Lages, 2017.

POZZA, Cecília Luiza. Arca: unidade de acolhimento a usuários de serviços hospitalares. 2017. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFRGS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170146>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

COLPANI, Eliana; BALDISSERA, Adriana Diniz; PIASSINI, Diógenes Junior. CASA DE APOIO E VIVÊNCIA PARA PACIENTES ONCOLÓGICOS EM CHAPECÓ-SC, ARQUITETURA PROMOVENDO A VIDA. Anais de Arquitetura e Urbanismo / ISSN 2527-0893, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 48 - 65, dec. 2016. ISSN 2527-0893. Disponível em: <<https://uceff.edu.br/anais/index.php/cau/article/view/18>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

LANSINI, Natália. Lótus - centro de apoio a usuários de serviços hospitalares de Passo Fundi. 2017. 25 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Ufrgs, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/175057/001063671.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ZWIRTES, Michele Katchuça. Humanização e Arquitetura: centro de apoio e recuperação oncológica reviver. 2015. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Uffs, Erechim, 2015. Disponível em: <<https://rd.uffrs.edu.br/handle/prefix/806>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

COUTINHO, Nathalia Ohana Baldez. Hospitalidade em casa de apoio as pessoas com cancer: análise na fundação Antonio Brunno. 2017. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/1928>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CURY, Paula. Arquitetura e Humanização: casa de apoio aos pacientes com câncer do hospital das clínicas de Ribeirão Preto. 2015. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2015. Disponível em: <https://issuu.com/paulacury.arq/docs/app_b3_-_casa_de_apoio_-_paula_cury>. Acesso em: 22 jun. 2018.

DALCIN, Maria Ester Fardin. A cura através da arquitetura: Casa de apoio ao paciente em tratamento de câncer. 2015. 134 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2015. Disponível em: <https://issuu.com/esterfardin/docs/tcc_arqurb_a_cura_atrav_s_da_arqui>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BOHRER, Débora Renita Graeff. Centro de apoio ao paciente com câncer: um espaço de convivência e acolhimento no Oeste Catarinense. 2015. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Ufsc, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://>>

issuu.com/deborabohrer/docs/caderno_a3_-_deborabohrer_centro_>. Acesso em: 22 jun. 2018.

OLIVEIRA, Evely Dalmaso de. Arquitetura e Cura: humanização da arquitetura hospitalar no processo de cura. 2014. 130 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/evlyndalmaso/docs/tcc_site>. Acesso em: 22 jun. 2018.

PASTORI, Stephanie L.. Centro oncológico de recuperação e apoio. 2012. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/stepastori/docs/tfg_arquivo_correto>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Casa de Apoio Colibri. Lages/SC. Disponível em:< <http://casadeapoiocolibri.blogspot.com> >. Acesso em: 22 jun. 2018.

Centro Maggie de Oldham. dRMM. [Maggie's Oldham / dRMM] 07 Fev 2018. ArchDaily Brasil. (Trad. Libardoni, Vinicius). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/888425/centro-maggie-de-oldham-drmm>> ISSN 0719-8906>. Acesso em: 10 jun. 2018.

Centro de Saúde. Nord Architects [Centre For Cancer And Health / Nord Architects] 19 Nov 2013. ArchDaily Brasil. (Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel) 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/153900/centro-de-saude-slash-nord-architects>> Acesso em: 10 jun. 2018.

Guia de recomendações : casas de apoio em HIV/Aids Coordenação Nacional de DST e Aids. - Brasília : Ministério da Saúde, 1997.38 p. Disponível em: < http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/26guia_recomendacoes.pdf> Acesso em: 10 jun. 2018.

IBGE. Lages-SC. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lages>> Acesso em: 29 jun. 2018.

Casa SEP. MMA Studio 26 Jul 2017. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/876015/casa-sep-mma-studio>> Acesso em: 17 jul. 2018.

Casa Duas Metades. Moloney Architects” [Two Halves / Moloney Architects] 26 Dez 2017.

ArchDaily Brasil. (Trad. Martino, Giovana). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/885533/casa-duas-metades-moloney-architects>> Acesso em: 19 jul. 2018.

CENTRO DE APOIO PARA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Matheus Schweitzer¹

Tais Trevisan²

Caroline Ramella³

Fernanda Mincarone⁴

RESUMO

Composta por pessoas com diferentes realidades, a população em situação de rua é caracterizada como um “grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (BRASIL, 2005). Sendo forçadas assim, a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente. O trabalho objetiva contribuir de forma geral uma requalificação com sustentabilidade em alguns pontos da cidade, com melhorias nos espaços públicos e respeitando o meio ambiente de forma geral proporcionando um melhor desempenho econômico, cultural e social, através de trabalhos de construção e recuperação de espaços urbanos, como também de infraestrutura que possibilitam valorizar o que já existe. Para elevar a qualidade de vida da população, uma das alternativas é criar novas áreas verdes, o que possibilita convívio, encontros, contato com a natureza, melhoria na qualidade do ar, prática de atividades físicas e culturais.

ABSTRACT

Composed of people with different realities, the street population is characterized as a “heterogeneous population group made up of people who have in common the guarantee of survival through productive activities carried out on the streets, broken or fragilized family ties and reference of regular housing” (BRAZIL, 2005). Being forced thus, to use the street as space of dwelling and sustenance, of temporary or permanent form. The objective of this work is to contribute in a general way to a requalification with sustainability in some parts of the city, with improvements in public spaces and respecting the environment in general, providing a better economic, cultural and social performance, through works of construction and recovery of urban spaces, as well as infrastructure that makes it possible to value what already exists. To raise the quality of life of the population, one of the alternatives is to create new green areas, which makes it possible to get together, get together, get in touch with nature, improve air quality, practice physical and cultural activities.

¹ Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso 1
² Cooautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela universidade federal da bahia.

³ Cooautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em práticas transculturais pelo centro universitário unifacvest.

⁴ Cooautor/ professor do centro universitário unifacvest, arquiteto e urbanista formado pela universidade do vale do itajai.

1. INTRODUÇÃO

As pessoas passam nas ruas e não as veem ou então as ignoram, a população que se encontra em situação de rua é um dos exemplos mais extremos de invisibilidade social. “Ser invisível é sofrer a indiferença, é não ter importância. Essa maneira de discriminação está cada vez mais inserida na sociedade” (CONSTANTINO, 2007).

A invisibilidade social provoca sentimentos de desprezo e humilhação em indivíduos que com ela convivem, quem vive em calçadas ou depende da rua para sobreviver atualmente é quase tão invisível para o poder público quanto para quem passa distraído pelas ruas. Isso se reflete nas políticas públicas, os municípios não vêm essa população como um público para o qual se deva dar alguma atenção ou prioridade.

A invisibilidade social já está cotidianamente estabelecida e a sociedade acostumou-se a ela, passar por um pedinte na rua é algo corriqueiro na sociedade atual, “aceitar isso é fraturar os direitos humanos, é preciso não só “ver” esses invisíveis, mas é preciso “olhar” para eles e “sentir” junto com eles” (GACHET, 2007).

A presença de pessoas em situação de rua nas cidades pode gerar desconforto e insegurança para a população, mas quem realmente sofre com esse problema são as pessoas que fazem uso da rua para sobreviver, mantidas à margem da sociedade, vivendo em situação de precariedade, invisibilidade e vulnerabilidade.

A marginalização da população desabrigada fica evidenciada com a ausência de dados concretos dessa população, a maioria dos municípios brasileiros, não tem pesquisas específicas a respeito de suas populações que se encontra em situação de rua, e nenhum levantamento nacional conseguiu abranger essa população de maneira totalitária.

O próprio fato de ter ou não estimativa já é um indicativo de que o município entende a população em situação de rua como um problema social relevante. “Municípios maiores tendem a realizar mais estimativas de população em situação de rua que municípios menores” (IPEA, 2016).

2. OBJETIVO

Desenvolver o anteprojeto de um Centro Pop acolhimento para a cidade de Lages - SC.

Objetivos Específicos

Criar um estrutura voltada para atender as necessidades de pessoas em situação de rua na cidade de Lages – SC, organizando os diferentes serviços assistenciais especializados de forma a atender essa população de maneira qualificada e personalizada. Atendendo jovens, adultos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Prestando atendimento, encaminhamento e acompanhamento dos usuários para o serviço que mais atenda sua demanda.

Implantar as instituições Centro De Referência Especializada Para Pessoa em Situação De Rua e Abrigo Institucional, com espaços pensados para atender as necessidades individuais do usuário, tendo como principais as áreas para, tratamento psicológicos, tratamento para dependentes químicos, áreas de lazer, espaços para workshops

e artesanato, dormitórios e higiene pessoal, além de estacionamento para guarda de carrinhos e um espaço destinado a animais de estimação.

Destinar espaços para realização de oficinas e atividades de convívio e socialização, promovendo a construção conjunta com o usuário, o seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia realizando atendimentos individuais e coletivos, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua.

3. LEVANTAMENTO

O primeiro grande levantamento nacional a respeito da população em situação de rua foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 71 municípios do país, excluídos os municípios de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília por já contarem com pesquisas semelhantes, o levantamento apontou quase 32 mil pessoas vivendo em calçadas, praças, viadutos ou pernoitando em albergues ou instituições religiosas. (BRASIL, 2008).

A maioria dos censos leva em conta o local de moradia das pessoas e as que estão em condição de rua não têm essa constância. Pesquisas envolvendo população nômade exigem métodos e padrões estatísticos diferentes de levantamentos domiciliares, é preciso evitar que a mesma pessoa seja contada mais de uma vez, o que requer conhecimento mais detalhado da região por parte do pesquisador.

Instituído no Decreto nº 7.053/2009, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua), solicitou ao IBGE que incluísse a população de rua no Censo, mas somente para o levantamento de 2020 os dados serão colhidos.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Espaço Público

As palavras residir, habitar e morar normalmente está associada ao lugar onde encontra-se proteção, abrigo contra o sol e o frio, segurança e privacidade, mas quem não tem um lugar para chamar de lar é obrigado a buscar todas essas condicionantes enquanto sobrevivendo nos espaços públicos, buscando lugares onde possa sentir-se minimamente protegido.

A questão do espaço público é central quando se trata do morador de rua. No caso dele ambos os âmbitos público e privado da vida confundem-se na medida em que o espaço público é também privado. A base de um conflito começa aí: “o espaço público é o meio de sobrevivência para o morador de rua que dele, portanto, depende. No entanto, mais do que a qualquer outro cidadão a ele é negado esse direito” (QUINTAO, 2012, p. 18).

A rua deixa de ser um espaço essencialmente público para ganhar características de espaço privado, ao servir de “moradia” para os povos das ruas. Utensílios de uso pessoal e ações que antes eram de caráter privado passam a ser realizadas sob o olhar de

todos. Dormir alimentar-se, banhar-se... compõe o cenário do morador de rua, onde são sujeitos das ações e onde as ações se tornam públicas. (Maciel, 2003, p.04).

Pessoas em situação de rua muitas vezes são impedidas de entrar em estabelecimento comercial, transporte coletivo, bancos, órgãos públicos, receber atendimento na rede de saúde e tirar documentos (BRASIL, 2009). Retratando o fato desta população ser mantida à margem da sociedade, vivendo em situação de precariedade, invisibilidade e vulnerabilidade.

“Um problema comum enfrentado pela população de rua, é a discriminação por parte da comunidade mais ampla. Algumas das percepções comuns que as pessoas possuem a respeito dos moradores de rua são de que eles são perigosos, preguiçosos, ou são desonestos” (MITCHELL, 2003).

4.2 Perfil da população em situação de rua no Brasil

Com a Pesquisa foi possível obter dados sobre essa população no país inteiro, e apesar de ser de 2008, é a pesquisa mais abrangente e completa que há até o momento (2018), que leva em conta todo o país.

Nela verificou-se que a população que se está em situação de rua no Brasil é em sua maioria do sexo masculino, mais da metade possuía entre 25 e 44 anos, quase 70% se declararam pretas ou pardas e 74% das pessoas entrevistadas sabem ler e escrever (BRASIL, 2008).

Do total de indivíduos pesquisados no censo de 2008, metade dos entrevistados sempre viveram no município ou estado em que moravam, o restante se deslocou em função da procura de oportunidades de trabalho, mais de 50% dos entrevistados possuíam algum parente residente na cidade onde se encontravam, porém poucos mantinham contato em períodos espaçados (de dois em dois meses até um ano). Quase metade estavam há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergue. A maioria costumava dormir na rua um grupo relativamente menor em albergues ou outras instituições e a minoria costumavam alternar seu local de descanso.

Ao se realizar estudos com as pessoas em situação de rua, evidencia-se que se trata de uma população marcada por uma falta de reconhecimento na realidade social, ou seja, trata-se de uma condição de existência que se relaciona à vivência de um sofrimento e à exclusão social (SAWAIA, 2014; BARROS, 2015).

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver na rua se referiam aos problemas de alcoolismo, drogas, desemprego, e brigas familiares, dos entrevistados no censo, 71% citaram pelo menos um desses motivos, que a pesquisa destaca que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro (BRASIL, 2013).

Um exemplo é a ruptura de vínculos familiares devido ao uso de psicoativos, o que tornar a convivência para ambas as partes muito difícil e degradante.

Desemprego

Com a redução de vínculos formais de trabalho, constantemente pessoas passam a trabalhar sem ter acesso a segurança, seja de previdência ou mesmo de assistência social. Muitos trabalhadores então, se deparam com situações de grande vulnerabilida-

de que, em muitos casos, podem terminar com a pessoa se encontrando em situação de rua.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do primeiro trimestre de 2018, indicam que há cerca de 13,1% de pessoas desempregadas no país. Ao passo que mais pessoas passam a depender da informalidade, para gerar renda, as mesmas deixam de ter acesso a direitos trabalhistas.

Atividades trabalhistas que não possuem relação de trabalho de acordo com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, a chamada “informalidade urbana” se expande em diversas áreas, contribuindo muito para uma heterogeneidade do mercado de trabalho, e por vezes negando princípios básicos de cidadania e reproduzindo grandes desigualdades sociais (COSTA, 2010).

Todos esses elementos contribuem para a ampliação da pobreza, das desigualdades sociais e da insegurança da classe trabalhadora (SILVA, 2009). Isso faz com que grande parte da população tenha encontrado sua fonte de renda em variadas formas de trabalho autônomo, irregular e precário (ANTUNES, 2011). “As recentes transformações do mundo do trabalho têm estreita relação com o crescimento da população em situação de rua” (SCHWEITZER, 2017, p. 54).

Segundo Silva (2006, p.174), os números mostram como essa população se assemelha com a população de rua, em fatores como idade e gênero, o aumento da pobreza e da desigualdade no Brasil sugere uma relação direta com o crescente número de pessoas habitando as ruas.

O censo, realizado pelo MDS, verificou que 70,9% da população em situação de rua é composta por trabalhadores que exercem alguma atividade remunerada, as principais atividades desenvolvidas por essa população são informais, como de catador de materiais recicláveis, flanelinha ambulantes e até mesmo na construção civil, sendo que apenas 9% dos sujeitos teriam carteira assinada. Resta-lhes atividades marginais, bicos e pequenas ocupações como alternativa de sobrevivência (BARROS, 2015).

Apenas 15,7% das pessoas acessadas na mesma pesquisa afirmaram pedir dinheiro como principal meio para a sobrevivência, esses dados são importantes para desmistificar o fato de que a população em situação de rua é composta exclusivamente por “mendigos” e “pedintes” (BRASIL, 2009), evidenciando que aqueles que somente pedem dinheiro para sobreviver constituem minoria dentre a população estudada (SCHWEITZER, 2017).

O fato de não possuírem residência fixa e dificilmente portarem seus documentos de identificação, dificulta ainda mais a entrada dessa população no mercado de trabalho formal. “Quase a metade dessa população não possui qualquer documento, o que as exclui da vida civil, deixando de ter direitos e de serem reconhecidas como cidadãos” (FIPE, 2010).

“No que se refere ao trabalho, resta-lhes atividades marginais, bicos e pequenas ocupações como alternativa de sobrevivência” (BARROS, 2015).

Psicoativos

Entendendo que o indivíduo em situação de rua, sofre rupturas familiares, sociais e afetivas, tendo que necessariamente vivenciar novas formas de se relacionar em contextos sociais marcados pela desumanização e caracterizados por violência e

segregação. Diante dessa realidade, o indivíduo sente a necessidade da busca de mecanismos psíquicos de adaptação que possibilitam conviver com a nova realidade que a ele é imposta. (BRASIL, 2012).

A rua convida ao lazer, ao aprendizado e a experiências dificilmente acessíveis com o confinamento em cortiços, favelas ou bairros pobres da periferia (adorno, 1997/1998).

Além de ser um estilo de vida alternativo “regado pelo uso de substancias alteradoras de consciência” (varanda, 2009, p.40).

Na pesquisa nacional, mais de 35% dos entrevistados afirmaram ser o alcoolismo e o uso de outras drogas um dos motivos principais para a saída de suas residências originais.

Estimativas Populacionais

Em um estudo realizado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, pelo especialista em políticas públicas e gestão governamental Marco Antônio Carvalho Natalino, verificou-se que a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores, estimou-se que existam mais de 101 mil pessoas em situação de rua no Brasil.

Deste total, estima-se que 40% habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e 77% habitem municípios com mais de 100 mil habitantes. (IPEA, 2015).

Os números não são precisos por não ter um controle do Brasil, o que atrapalha a realização de pesquisas e contabilizações. A falta de dados interfere diretamente na elaboração de políticas sociais mais eficientes para essa população.

Em relação à pesquisa realizada pela MDS, Marco Antônio Carvalho Natalino afirma que por se tratar de uma pesquisa de 2008 e tendo em vista a característica migratória dessa população, seus resultados podem não mais refletir a dinâmica desta população no território (IPEA, 2016).

Centro POP

As ações desenvolvidas pelo Centro POP, “devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas, de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida.” (BRASIL, 2011, p.10).

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, deve assegurar atendimento com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, atender de forma qualificada e personalizada de modo a promover a construção conjunta com o usuário o seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia. A estrutura física do Centro Pop deve “assegurar a provisão de espaço físico adequado e materiais necessários à execução das ações a serem desenvolvidas” (BRASIL 2011, p. 47-48).

A tipificação prevê a presença de um(a) coordenador(a), dois psicólogos(as) e dois assistentes sociais, além de outros profissionais para oficinas e auxiliares adminis-

trativos, o Centro Pop “deve estar aberto para atendimento ao público, necessariamente nos dias úteis, no mínimo 5 (cinco) dias por semana, durante 8 (oito) horas diárias, garantida a presença de equipe profissional essencial ao bom funcionamento da Unidade” (BRASIL, 2011, p. 51). Também é previsto na legislação o atendimento mensal de no mínimo oitenta casos em Centros Pop por mês.

A prerrogativa de que deve ser incluída a criação de programas destinados às pessoas que vivem nas ruas na organização dos serviços da Assistência Social foi preconizada na promulgação da Lei 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que inclui esta população no 23º artigo da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993).

O Centro Pop é previsto no Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Inter setorial de Acompanhamento e Monitoramento, e na Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, constituindo-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade no âmbito do SUAS, de natureza pública e estatal voltado ao atendimento especializado à população em situação de rua.

Centro POP Lages

Inaugurado em 2014 na rua Frei Gabriel, o Centro Pop Lages oferece as pessoas em situação de rua, espaço de referência especializado, proporcionando acompanhamento assistencial e psicológico, com atividades direcionadas para o desenvolvimento social, resgate e construção de novos vínculos interpessoais e familiares.

Auxiliando os usuários no desenvolvimento social, participando de atividades em grupos, reaprendem a dinâmica de uma casa, a como conviver com regras, e oferece aos usuários banho, alimentação, auxílio na elaboração de documentos, lavagem e secagem de roupas. Abrigou em sua primeira semana de funcionamento, vinte e cinco pessoas, entre elas vinte e dois homens e três mulheres que se encontravam em situação de rua na região.

O centro pop trabalha em parceria com diversas instituições e faz todo o encaminhamento do usuário, quando o mesmo, necessita de atendimento em outra instituição, como a Secretaria de Saúde, o Centro de Atenção Psicossocial, a Secretaria de Assistência Social e o Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas. Disponibilizando o transporte para usuários que por alguma razão não possa se locomover até o local das assistências.

O Centro Pop Lages está localizado atualmente no centro da cidade, na rua Juca Antunes Lucena, em uma casa alugada pelo governo municipal para o oferecimento desse serviço público destinado a população em situação de rua. O serviço atualmente conta com treze funcionários efetivos, divididos entre assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, motorista e cozinheiro, e três estagiários nas áreas de assistência social e psicologia.

Necessitando ainda da contratação de um educador físico, que anteriormente trabalhava em conjunto com os profissionais do Pop. Os próprios usuários do Centro Pop ajudam na conservação do espaço, recolhendo o lixo do local, limpando o chão e os banheiros e arrumando seus pertences.

Por dia são realizados em média quarenta atendimentos no Pop, chegando a

mais de cinquenta nos dias mais movimentados. Os serviços são oferecidos “a portas abertas”, o atendimento é realizado a todas as pessoas com mais de dezoito anos de idade que chegarem na instituição de segunda a sexta, com início das atividades as sete e trinta da manhã e termino as dezoito horas.

O espaço é distribuído de maneira improvisada na residência, que originalmente ocupava a função de moradia unifamiliar, as salas para coordenação, equipe técnica, abordagem social, sala do cochilo e guarda de pertences foram instaladas nos ambientes anteriormente utilizados como quartos, sala de tv e circulação onde seria a sala de estar e refeitório onde anteriormente seriam as garagens.

Serviço Especializado Em Abordagem Social

Dividindo espaço com o centro pop, o serviço de abordagem realiza a chamada “busca ativa”, o serviço está disponível 24 horas por dia, podendo ser acionado pela população por meio de um telefonema indicando locais onde pessoas estejam em desabrigo, o serviço ainda visita pontos da cidade onde normalmente pessoas se encontram em situação de rua. A busca ativa tem como finalidade disponibilizar a essa população os serviços assistências, disponibilizando ao sujeito a utilização dos espaços do centro pop e abrigo institucional.

Centro pop Lages: perfil do usuário

As pessoas estão utilizando as ruas para sobreviver cada vez mais cedo nos últimos anos, Com alta incidência de jovens entre 18 e 23 anos utilizando os serviços, afirma Mara, atual coordenadora e assistente social do Centro Pop Lages, porém, a idade dos usuários do Centro Pop varia bastante, chegando até a ultrapassar os 60 anos. A maioria dos usuários é homem e frequenta o espaço de maneira periódica com maior número de pessoas utilizando o espaço no final dos meses.

Muitos dos usuários do Centro Pop já tentaram frequentar um Abrigo Institucional, não conseguem por ser um espaço muito regrado, não conseguindo seguir a rotina com horários, regras e proibições do espaço, motivo esse, que também os impede de procurar moradia junto a seus familiares.

São poucos os usuários do Centro Pop Lages que conseguem um trabalho, alguns vendem balas de goma nos semáforos e outros são pedintes. Segundo a coordenadora da instituição, o motivo principal que leva a maioria dos usuário do Pop a se encontrarem em situação de rua na cidade de Lages, não é o financeiro, em quase 90% dos casos os usuários do centro pop estão na rua pela utilização de substancias químicas e traumas emocionais marcantes, como a perda da figura materna, desestruturando o cidadão e deixando-o sem perspectiva de vida. Muitos usuários adotam animais de estimação, e cuidando bem de seus parceiros, criando fortes vínculos com o animal, motivo esse muito citado pelos usuários do Centro Pop para não utilizarem de abrigos, onde seus pets não poderiam frequentar.

Abrigo institucional

Podendo atender até 50 pessoas, o Centro de Acolhida para Adultos II (por 24

horas) funciona como uma moradia provisória, até que a pessoa possa retornar à família, ou alcance a sua autonomia. Semelhante a uma residência, acolhe e garante proteção integral às pessoas em situação de rua, contribuindo para a reinserção social.

É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de se sustentarem. Acolhimento provisório para pernoite em espaço com estrutura para acolher com privacidade pessoas adultas em situação de rua, a partir dos 18 anos, ou grupo familiar, com ou sem crianças, respeitando o perfil do usuário.

“Na perspectiva de construção de vínculos interpessoais e familiares, busca oportunizar a construção do processo de saída das ruas para pessoas que a utilizam como espaço de moradia e sobrevivência” (BRASIL, 2011).

A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. Para ter acesso ao serviço é necessário encaminhamento dos CRAS, CREAS, Centros POP, CAPE e outros serviços sócio assistenciais, demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos ou demanda espontânea.

As vagas são ocupadas preferencialmente por usuários que estiverem em condições de maior fragilidade e vulnerabilidade pessoal e social, pessoas maiores de 18 anos e grupos familiares com ou sem crianças, que utilizam da rua para sobreviver.

Dentro das instalações da instituição o usuário fica responsável por manter seus pertences organizados e ajuda na limpeza da casa. O espaço do acolhimento é um ambiente bastante regrado, o usuário enquanto habita o espaço não pode fazer uso de nenhuma substância psicoativa, deve respeito para com os outros usuários e funcionários da instituição, e não pode mexer nos pertences de outros moradores. Para sair do ambiente do acolhimento o usuário deve pedir permissão para um dos cuidadores e respeitar os horários e limites de tempo para a realização de cada atividade externa.

Centro pop Acolhimento Abrigo Institucional Lages

Localizado na rua Frei Gabriel, bairro universitário, o espaço do acolhimento em Lages está dividido em duas edificações distintas no mesmo lote. Conta com recepção, salas atendimento ao usuário com equipe técnica, cozinha e refeitório, salas para atividades, sala de televisão e artesanato, 9 quartos masculinos e 2 quartos femininos que também podem ser utilizados por famílias e 4 banheiros. Os quartos TEM amanhos diferentes para atender as necessidades do usuário, podendo sofrer alterações na disposição de mobiliário para melhorar a adaptação do usuário. Cada pessoa tem acesso a um pequeno armário aberto para guarda de seus pertences no quarto.

Na instituição são realizadas atividades de artesanato oferecidas de maneira espontânea por uma moradora da região, separação e reciclagem de matérias, atividades em grupo para auxiliar o usuário a criar laços afetivos e desenvolver as vivencias de uma residência.

Segundo a coordenadora e assistente social Adriana Medeiros, a instituição pode acolher até 50 pessoas, sendo 38 vagas previstas ao público masculino e 12 ao feminino. O espaço é destinado a pessoas que estejam buscando uma melhora em sua situação de vida, onde não são utilizadas técnicas de redução de danos, o usuário não

pode de maneira nenhuma fazer uso de substâncias psicoativas, sendo desabrigado caso utilize. Atualmente a casa abriga 40 pessoas entre eles, 3 crianças e 3 adolescentes acompanhadas de seus familiares. O abrigado mais jovem no momento é um bebê de 2 meses que está no abrigo com sua mãe.

Abrijo Institucional Lages: Perfil Do Usuário

A maioria dos usuários do acolhimento permanece utilizando dos serviços por períodos variados, de pessoas de passagem pela cidade, a pessoas que residem por anos no local, os usuários são em sua maioria homens jovens com idades medias de 30 a 45 anos, 90% foram para a rua por uso de substâncias psicoativas e menos de 20% dos moradores tem algum contato com seus familiares. Poucos são os moradores do acolhimento em Lages que praticam atividades remuneradas, sendo na construção civil a área onde os usuários mais buscam vagas empregatícias.

5. CONCLUSÕES FINAIS

Para a elaboração do programa de necessidades e da proposta, foram utilizadas as informações a respeito da população em situação de rua e pesquisas sobre esse público, análise das condicionante do terreno e da cidade e estudo dos edificios aqui referenciados, com isso, foi possível esquematizar a utilização do espaço e futuramente projetar o edificio da instituição destinada a população em situação de rua pera atender de maneira eficiente essas pessoas.

O equipamento público além de auxiliar os usuários, em suas caminhadas pessoais, ajudara a dar visibilidade e desmistificar os preconceitos da comunidade perante essa população vulnerável. O edificio destinado a inclusão dos indivíduos em situação de rua na sociedade, terá sua planta aberta, com a utilização de vidros para integrar espaços comuns, mantendo a privacidade e direito de escolha do usuário.

CIAC – CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Mariana Lopeteghi¹
Tais Trevisan²
Caroline Ramella³
Fernanda Mincarone⁴

RESUMO

O trabalho objetiva contribuir de forma geral uma requalificação com sustentabilidade em alguns pontos da cidade, com melhorias nos espaços públicos e respeitando o meio ambiente de forma geral proporcionando um melhor desempenho econômico, cultural e social, através de trabalhos de construção e recuperação de espaços urbanos, como também de infraestrutura que possibilitam valorizar o que já existe. Para elevar a qualidade de vida da população, uma das alternativas é criar novas áreas verdes, o que possibilita convívio, encontros, contato com a natureza, melhoria na qualidade do ar, prática de atividades físicas e culturais.

ABSTRACT

The objective of this work is to contribute in a general way to a requalification with sustainability in some parts of the city, with improvements in public spaces and respecting the environment in general, providing a better economic, cultural and social performance, through works of construction and recovery of urban spaces, as well as infrastructure that makes it possible to value what already exists. To raise the quality of life of the population, one of the alternatives is to create new green areas, which makes it possible to get together, get together, get in touch with nature, improve air quality, practice physical and cultural activities.

1. INTRODUÇÃO

A marginalização é um conceito desenvolvido pela sociologia, onde um indivíduo é colocado em uma posição inferior na sociedade e que pode ser observado também na arquitetura, onde a população economicamente menos abastada passa a residir em áreas mais precárias da cidade e sofrem com a falta de condições mínimas para moradia e qualidade de vida.

Desde o início das civilizações, as comunidades foram divididas conforme

¹ Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso 1
² Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela universidade federal da bahia.

³ Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em práticas transculturais pelo centro universitário unifacvest.

⁴ Coautor/ professor do centro universitário unifacvest, arquiteto e urbanista formado pela universidade do vale do itajai.

seu poder aquisitivo, onde os mais abastados impunham suas decisões as classes de menor renda, tal cenário se replica até os dias atuais. No Brasil, tal fato é notório, onde as massas populacionais que se encontram nas linhas de pobreza e miséria sofrem com a segregação sócio espacial, tornando o Brasil um dos países com maior índice de marginalização entre os países de economia emergente.

As taxas de marginalização aumentam com a dificuldade de acesso de tal parcela da população aos serviços básicos de atendimento ao cidadão, que geralmente ficam alocados nos centros das cidades. O objetivo deste anteprojeto é proporcionar as mesmas oportunidades a todas as comunidades, independente da sua localização, reduzindo assim o impacto gerado pela segregação sócio espacial.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este processo foi primeiramente a coleta de dados em áreas marginalizadas na cidade de Lages (SC), afim de identificar as mais precárias do município e suas maiores deficiências, assim como o local com maior necessidade de intervenção para a implementação do projeto.

Após a identificação dos locais com maior necessidade no município, baseado na coleta de dados previamente realizada, a área escolhida foi o bairro Novo Milênio e Cruz de Malta, onde não existem equipamentos urbanos ou espaços de lazer, o índice de criminalidade é elevado e possui alto número de famílias em linha de miséria.

Foram realizadas visitas in loco, registros fotográficos e topográficos do terreno, afim de analisar os dados coletados e definir as intervenções necessárias para a otimização do projeto.

3. OBJETIVO

3.1 Objetivo Geral

O Foco deste trabalho é a construção de um equipamento urbano, um centro integrado de atendimento ao cidadão (CIAC), para atender comunidades carentes e suprir as deficiências características de áreas de ocupação informal nas cidades.

O projeto tem como objetivo integrar os setores de saúde, lazer e educação em um só lugar, afim de solucionar os principais problemas decorrentes de locais que se desenvolveram sem planejamento urbano, já que o acesso a esses três pilares básicos são direitos de todo cidadão conforme o artigo 6º da constituição federal brasileira.

“ART. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

3.2 Objetivo específico

O desenvolvimento deste anteprojeto possibilita o fácil acesso da população a

todos os serviços públicos de qualidade, fortalecendo a cidadania e a inclusão social de grupos que residem em ambientes marginalizados e sofrem com a falta de acessibilidade, de equipamentos urbanos, espaços públicos de convivência, saúde e educação.

- Criar um módulo de atendimento ao cidadão que integre escola, saúde, lazer e serviços públicos, que possa ser posteriormente replicado em outros locais.
- Proporcionar um ambiente urbano mais democrático.
- Reduzir os problemas causados pela divisão territorial baseada na economia.
- Solucionar problemas básicos, afim de amenizar os impactos causados pela marginalização da população de baixa renda.
- Conectar as áreas periféricas com o restante do espaço urbano já consolidado.
- Criar espaços dignos que influenciem diretamente na vida da população.

4. JUSTIFICATIVA

Cerca de 25,4% da população brasileira, quase 50 milhões de pessoas, vivem abaixo da linha de pobreza, o que equivale a US\$ 5,5 de renda per capita, valor adotado pelo Banco Mundial. O cenário existente, somado com a falta de infraestrutura e equipamentos públicos de qualidade favorecem a marginalização, o aumento da desigualdade social e a segregação espacial da cidade baseada no fator econômico das famílias que nela residem.

Segundo dados do IBGE (2011) Lages lidera a lista de Santa Catarina com o maior número de famílias abaixo da linha de pobreza e tal cenário vem piorando devido à falta de amparo que promova o desenvolvimento social e econômico de tal parcela da população.

A intenção deste projeto é a melhoria da qualidade de vida das comunidades que residem em áreas periféricas, onde a acessibilidade aos serviços públicos e equipamentos é restrita e que posteriormente a proposta possa ser utilizada em outros municípios e/ou locais também marginalizados, afim de otimizar os serviços públicos e reduzir a desigualdade existente devido à fatores econômicos.

O local escolhido foi priorizado, por se tratar de um espeço onde não existe equipamentos urbanos ou infraestrutura e as taxas de criminalidade serem elevadas.

“Se alguma coisa deve ser feita para reformar os homens, a primeira coisa é formá-los” Lina Bo Bardi

5. APRESENTAÇÃO DO TEMA

Serão abordados centros de atendimento que visem a melhoria da qualidade de vida da população, assim como a história da marginalização da sociedade Brasileira e a problemática gerada pela segregação do espaço urbano.

5.1 Descrição do tema

A problemática urbana gerada pela desigualdade social deu-se desde os primórdios da vida em comunidade, porém, com a revolução industrial, no século XVIII e a expansão urbana muito acelerada, é que tal fator se tornou mais nítido. Com o cres-

cimento das oportunidades, os locais mais próximos dos centros urbanos se tornaram mais consolidados, com maior diversidade de serviços e consequentemente, mais caros. Tal cenário pode ser presenciado até os dias atuais e a problemática gerada por tal situação tornou-se um desafio cada vez maior.

No século XX a população brasileira migrou em grande massa de áreas rurais para as cidades e tal movimentação está diretamente relacionada com a concentração de trabalho, investimentos urbanos, inovações na estrutura produtiva entre outros fatores que intensificaram a vida nas cidades.

Tal crescimento e a consolidação dos centros urbanos gerou um surto de urbanização, tornando ainda mais caótico o cenário urbano, onde o planejamento não conseguiu acompanhar o crescimento desenfreado e a maioria das comunidades se desenvolveram sem qualquer tipo de planejamento.

Crescendo de forma heterogênea e sem planejamento, a cidade se dividiu, de um lado podemos observar a cidade formal, privilegiada, onde existem os serviços públicos e a infraestrutura, local este que se tornou economicamente mais caro. E consequentemente, do outro lado, observamos a cidade informal, mais distante dos centros, devido a questões econômicas e que muitas vezes sofre com a ausência de serviços básicos. Essa divisão marginalizou as parcelas menos abastadas da sociedade, tornando cada vez mais difícil o acesso aos serviços públicos e equipamentos urbanos.

Com isso, ampliaram-se as desigualdades sócio espaciais, fator que pode ser observado independente do porte da cidade, apesar de ser visto com maior intensidade nas metrópoles, os problemas gerados pelo quadro de desenvolvimento desigual são notórios em cidades de diversos portes.

O quadro tornou-se tão intenso que não poderia mais ser ignorado pelo poder público, então foram criadas políticas públicas de assistência social, com o intuito de assistir às parcelas afetadas pela desigualdade social.

Os marcos das leis de assistência social no Brasil foram:

- 1988: Constituição Federal;
- 1993: Lei Orgânica da Assistência social;
- 2004: Política nacional de assistência social;
- 2005: Norma operacional básica do sistema único de assistência social;
- 2006: Orientações técnicas para o centro de referência em assistência social;
- 2007: Parâmetros para atuação dos assistentes sociais e psicológicos na política de assistência social;

Mesmo com todas as intervenções públicas voltadas a solucionar o quadro caótico gerado pela segregação da parte mais pobre da população a falta de estrutura nas áreas periféricas ainda é uma realidade existente no país, mesmo com a mudança da percepção quanto a necessidade da existência de uma cidade igualitária para todas as parcelas da população.

A fim de amenizar os impactos causados pela problemática, foram criados centros de atendimento com serviços de proteção básica, para atender à essa parcela da população, porém, tais centros continuam situados na parte densa da cidade, e nas áreas periféricas ainda falta estrutura.

“São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da

oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho” (CARVALHO, 2009, p.19)

A criação de módulos dentro das comunidades mais afetadas ainda não é muito disseminada, porém é notória a diferença dos locais em que ocorreram diretamente a intervenção, diminuindo consideravelmente as taxas de criminalidade entre outros problemas que são agravados pela falta de infraestrutura, educação e recursos públicos nas áreas mais pobres.

6. DIRETRIZES GERAIS

Para o embasamento do projeto do centro integrado de atendimento ao cidadão, deve ser respeitado o plano diretor do município de Lages, além de normas técnicas para garantir o conforto e a segurança das pessoas que irão utilizar o edifício.

6.1 Plano Diretor do Município de Lages

O plano diretor do município deve ser respeitado, dando ênfase aos itens abaixo mencionados:

ART. 7. O PDDT - LAGES rege - se pelos seguintes princípios: I - justiça social e redução das desigualdades sociais; II - inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas públicas a todos os munícipes; III - direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra e à moradia, ao saneamento ambiental, à infra - estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer; IV - respeito às funções sociais da cidade e à função social da propriedade; V - transferência para a coletividade de parte da valorização imobiliária inerente à urbanização e ações de transformação do território; VI - direito universal à moradia digna, respeitadas as diversidades étnicas e culturais; VII - universalização da mobilidade e acessibilidade territorial; VIII - prioridade ao transporte coletivo público; IX - preservação e recuperação do ambiente natural; X - fortalecimento do setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento e gestão; XI - descentralização da administração pública; XII - participação da população nos processos de decisão, planejamento e gestão; XIII - desenvolvimento sustentável - econômico, social e ambiental.

ART. 8 com a implantação do PDDT - Lages, o Município passa a adotar um modelo de política e desenvolvimento territorial para as gerações presentes e futuras, incorporando, como princípios, a promoção e a exigência do cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade com o objetivo de garantir:

I - a melhoria da qualidade de vida da população de forma a promover a inclusão social e a solidariedade humana, reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e regiões do município;

II - o desenvolvimento territorial, a justa distribuição das riquezas e a equidade social;

III - o equilíbrio e a qualidade do ambiente natural, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanis-

tico, arqueológico e paisagístico;

IV - a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infra - estrutura municipal;

V - a eficiência econômica, ambiental e social do Município mediante a promoção do desenvolvimento das atividades urbanas e rurais, de forma a ampliar os benefícios sociais e reduzir os custos operacionais para os setores público e privado;

VI - a otimização do uso da infra - estrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade;

VII - a redução dos deslocamentos entre a habitação e o trabalho, o abastecimento, a educação e o lazer;

VIII - a democratização do acesso à terra e a moradia digna, possibilitando a acessibilidade ao mercado habitacional para a população de baixa renda;

IX - a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de Baixa renda;

X - a integração e a cooperação com os governos Federal e Estadual e com os Municípios da região, no processo de planejamento e gestão das questões de interesse comum;

XI - a participação da iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos compatíveis com o interesse público e com as funções sociais da cidade;

XII - a descentralização do planejamento e da gestão pública;

XIII - a implantação da regulação urbanística fundada no interesse público;

XIV - o respeito e a integração entre as diversas culturas e etnias municipais mediante a adoção de medidas e ações não discriminatórias no processo de desenvolvimento territorial, planejamento e gestão do território;

XV - a preservação das características de produção primária relacionadas às atividades agrícolas existentes em áreas rurais, permitindo outras atividades potencialmente viáveis;

XVI - proteção, recuperação e manutenção dos bens imóveis e móveis do Município;

XVII - apoio e incentivo à produção e ao desenvolvimento econômico, fortalecendo os setores econômicos existentes e atraindo novos investimentos.

ART. 9. A propriedade cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - suprimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e ao Desenvolvimento econômico;

II - compatibilidade do uso da propriedade com a infra - estrutura, com os equipamentos e com os serviços públicos disponíveis;

III - compatibilidade do uso da propriedade com a conservação dos recursos naturais, assegurando o desenvolvimento econômico e social sustentável do Município;

IV - compatibilidade do uso da propriedade com a segurança, o bem - estar e a saúde de seus usuários.

ART. 10. A função social da propriedade deverá atender aos princípios de ordenamento territorial do Município, expressos neste PDDT - LAGES e no Estatuto da Cidade, com o objetivo de assegurar:

- I - o acesso à terra urbanizada e moradia adequada a todos;
- II - a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e de transformação do território;
- III - a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- IV - a recuperação, para a coletividade, da valorização imobiliária decorrente da ação do Poder Público;
- V - a proteção, preservação e recuperação do ambiente natural e construído;
- VI - a adequada distribuição de atividades, proporcionando uma melhor densificação urbana da ocupação da cidade, de forma equilibrada com relação ao meio ambiente, à infra - estrutura disponível e ao sistema de circulação, de modo a evitar a ociosidade ou a sobrecarga dos investimentos aplicados na urbanização;
- VII - a qualificação da paisagem urbana e natural e a preservação do patrimônio ambiental;
- VIII - a conservação e a recuperação dos potenciais hídricos do Município, em especial os mananciais de abastecimento de água potável, superficiais e subterrâneos a serem demarcados pela municipalidade e aprovadas pelo SPTGD;
- IX - a descentralização das atividades econômicas, proporcionando melhor adensamento populacional e a reestruturação de bairros, periferias e agrupamentos urbanos;
- X - a priorização do uso do solo em áreas de produção primária direcionado às atividades agropecuárias que promovam o fortalecimento de associativismo e cooperativismo e a reestruturação de comunidades e propriedades;
- XI - a recuperação de áreas degradadas ou deterioradas, visando à melhor qualidade de vida para a população, através da qualificação e da melhoria das condições ambientais e de habitabilidade.

7. REFERÊNCIAS

- DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina – São Paulo: Boitempo, 2006.
- MOURA, Rosa; ULTRAMI, Clovis. O que é periferia Urbana. São Paulo: Brasiliense, 1996. 61p.
- SPOSATI, A. O. A menina Loas: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.
- Direitos Sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- YAZBEK, M. C. A política social brasileira no anos 90: A refilantropização da questão social. CNAS/ABONG, 1995.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm

<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/favelizacao-segregacao-urbana.htm>

<https://www.archdaily.com.br/br/01-11784/parque-h3o-mais-beco-sao-vicente-m3-arquitetura-vazio-s-a-silvio-todeschi-ana-assis-alexandre-campos-mais-mach-arquitetos>

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95039>

<https://www.archdaily.com.br/br/603509/arena-do-morro-slash-herzog-and-de-meuron>

<https://www.archdaily.com.br/br/798545/centro-comunitario-kastelli-lahdelma-and-mahlamaki/56cf89b9e58ece940000010-community-centre-kastelli-lahdelma-and-mahlamaki-floor-plan>

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf

<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-lages-sc>

<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/275.htm>

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/favelizacao.htm>

<http://regionalurbana.wixsite.com/blog/segrega--o-urbana>

<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/problemas-ambientais-sociais-decorrentes-urbanizacao.htm>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/21/mais-de-11-milhoes-vivem-em-favelas-no-brasil-diz-ibge-maioria-esta-na-regiao-sudeste.htm>

<https://www.archdaily.com.br/br/882145/centro-cultural-curitiba-hardt-planejamento>

<https://www.archdaily.com.br/br/01-26376/jornada-da-habitacao-sao-paulo-calling-sao-paulo-sp>

http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/j_whitaker/govern.html

ESPAÇOS PÚBLICOS E [RE]NOVAÇÃO URBANA

Rennan Bastos¹

Tais Trevisan²

Altair Baú³

Diego Scopel⁴

RESUMO

As cidades desde antes do processo de emancipação especialmente as pequenas sofrem com a ocupação desordenada do solo. De igual forma os equipamentos públicos pela escassez de recursos são implantados deixando de lado obras complementares, porém essenciais como exemplo a questão da acessibilidade. De fundamental importância e relevância buscar a adaptação das cidades especialmente dos espaços públicos no tocante a acessibilidade e principalmente resgatando a finalidade de cada espaço, ou seja, o atendimento a comunidade de todas as idades. Nosso Município é carente de recursos, entre outras coisas, tendo que priorizar saúde e educação fica difícil dar lugar a urbanização, ela que faz parte do cartão postal merece ser vista com bons olhos, olhos de quem tem amor pelo que faz, a evolução tem que acontecer e esse passo é muito importante. Conscientizar nossos jovens a valorizar as raízes e o ambiente onde vive é dever nosso, é dever da nossa cultura, cultivar espaços e tradições, para que tudo isso seja possível precisamos apenas da força de vontade, realizo hoje meu sonho, projetar espaços urbanos para o município onde nasci e tenho muito orgulho, poder contribuir e dedicar meu tempo para levar lazer e conforto para as pessoas, apenas pelo prazer de transformar sonhos em realidade.

ABSTRACT

The cities since before the process of emancipation especially the small ones suffer with the disordered occupation of the ground. In the same way, the public equipment due to the scarcity of resources is implanted leaving aside complementary works, but essential as example the question of accessibility. It is of fundamental importance and relevance to seek the adaptation of cities, especially public spaces, in terms of accessibility and especially in order to redeem the purpose of each space, that is, the service to the community of all ages. Our Municipality is devoid of resources, among other things, having to prioritize health and education is difficult to give way to urbanization, which is part of the postcard deserves to be seen with good eyes, eyes of those who have love for what it does, evolution has happen and this step is very important. To make our young people

1 Autor/ Acadêmico Do Curso De Arquitetura E Urbanismo, Texto Produzido Para Trabalho De Conclusão De Curso 1

2 Coautor/ Professora Do Centro Universitário Unifacvest, Mestre Em Desenho Urbano Pela Universidade Federal Da Bahia.

3 Coautor/ Professor Do Centro Universitário Unifacvest, Arquiteto E Urbanista Formado Pela Universidade Do Vale Dos Sinos.

4 Coautor/ Professor Do Centro Universitário Unifacvest, Especialista Em Ambientação De Interiores – Ateler De Projeto Pela Unival. – Universidade Do Vale Do Itajai.

appreciate the roots and the environment where they live is our duty, it is the duty of our culture, to cultivate spaces and traditions, so that all this is possible we need only the willpower, I realize today my dream, to design urban spaces for the municipality where I was born and I am very proud, to contribute and dedicate my time to bring leisure and comfort to people, just for the pleasure of turning dreams into reality.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Objetivo

O trabalho objetiva contribuir de forma geral uma requalificação com sustentabilidade em alguns pontos da cidade, com melhorias nos espaços públicos e respeitando o meio ambiente de forma geral proporcionando um melhor desempenho econômico, cultural e social, através de trabalhos de construção e recuperação de espaços urbanos, como também de infraestrutura que possibilitam valorizar o que já existe. Para elevar a qualidade de vida da população, uma das alternativas é criar novas áreas verdes, o que possibilita convívio, encontros, contato com a natureza, melhoria na qualidade do ar, prática de atividades físicas e culturais.

É papel do arquiteto e urbanista propor novas soluções com a ocupação urbana. Enxergar alternativas abrangentes, sustentáveis em todas as suas frentes, demonstrar a responsabilidade e cuidado com o bem estar da comunidade.

Foram avaliados vários pontos da cidade entre os escolhidos.

A requalificação deste projeto visa trazer melhorias em praças, propondo áreas de lazer e convivências associados a ambientes de acessibilidade pública e livre de edificações. Ampliação e reforma das calçadas, padronizando a cidade e tornando o caminhar mais seguro e agradável. Urbanizar o centro da cidade, local onde tem o maior fluxo de pessoas e carro transformando em um dos pontos uma rua comercial, utilizando pavimentação Inter travada em algumas vias para induzir os veículos à diminuição da velocidade e torná-la mais segura.

1.2 Objetivos específicos

Ampliação e reforma das calçadas: Padronizando e tornando o caminhar mais seguro e agradável dentro das normas ABNT;

Pavimentação Inter travada em vias: Para induzir os veículos à diminuição da velocidade e torná-la mais segura;

Reurbanizar praças e canteiros: Elevar a qualidade de vida da comunidade criando novas áreas verdes, propondo área de lazer e convivência, associados a ambientes de acessibilidade pública livre de edificações, ao todo cerca de três praças será reurbanizada.

Requalificar avenida Tancredo Neves: Avenida com extensão de 1,47km fazendo ligação de três bairros tendo o maior fluxo de carros e pessoas na cidade, com falta de acessibilidade e segurança.

Centro comercial: O maior fluxo da cidade passa pelo centro, este local onde tem grande parte das lojas de comércio, lanchonetes, praça, academias, farmácias e

supermercados.

1.3 Justificativa

Enquanto estudante de arquitetura e urbanismo, as discussões relacionadas a produção de espaços voltadas para o convívio nas cidades na qual exista uma infinidade de espaços públicos das mais diversas formas, todos pensados nos interesses da população que vive no local. Uma cidade na qual possíveis demolições deem espaços a novos parques. Uma cidade construída para as pessoas e não para os automóveis, Uma cidade assim ainda é algo muito distante das nossas atuais urbes.

No entanto o município de Correia Pinto com apenas 36 anos de emancipação, vem adotando uma série de políticas e iniciativas louváveis no sentido de fortalecer a ocupação dos espaços públicos e de se alterar a lógica de privatização das diversas instâncias da cidade, desde ruas até praças e outros aparelhos de lazer.

O Município vem ganhando desenvolvimento econômico, obtendo assim maior crescimento demográfico, desta maneira o interesse em elaborar este projeto de requalificação urbana, finda-se em exercer meu papel como cidadão e futuro profissional, almejando aplicar todo o conhecimento adquirido ao longo da jornada acadêmica do curso de arquitetura e urbanismo, buscando através da requalificação sobretudo.

Um instrumento para a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo a construção e recuperação de equipamentos de infraestruturas e a valorização dos espaços públicos com medidas de dinamização social e econômica, através de melhorias urbanas, de acessibilidade ou centralidade. Ela engloba processos de alteração em uma área urbana com a ideia de lhe dar nova função, totalmente diferente daquelas área já existente.

A reurbanização é um processo de planejamento estratégico, onde é capaz de reconhecer, manter e introduzir valores de forma cumulativa. Dessa maneira, ela intervém a médio e longo prazo, de forma relacional, assumindo e promovendo vínculos entre territórios, atividades e pessoas, influenciando na melhoria da qualidade do ambiente urbano e nas condições socioeconômicas.

2. DESCRIÇÃO DO TEMA

Nada se mantém intacto sem conservação e preservação. Com as áreas urbanas isso não é diferente. Num momento em que o mundo busca qualificar as cidades em prol do meio ambiente e da saúde da população, projetos de transformação urbana desempenham um papel importante. Diferentes formas de intervenções nas cidades podem alterar áreas construídas ou espaços públicos com o objetivo de tratar questões sociais ou até reativar a economia local. Nesse contexto, as práticas de renovação, requalificação, revitalização e reabilitação urbana são acionadas para contribuir para a resolução de uma ampla série de problemas urbanos. Primeiro, é preciso diferenciar os termos que são muitas vezes usados como sinônimos, mas não têm exatamente o mesmo significado. Brevemente: revitalização trata de recuperar o espaço ou construção; renovação trata de substituir e reconstruir, portanto pode alterar o uso; requalificar dá uma nova função enquanto melhora o aspecto; e a reabilitação trata de restaurar, mas

sem mudar a função. Cada um desses processos gera, portanto, resultados diferentes para a área urbana.

Todas eles, no entanto, estão ligadas à mesma ideia: transformar e regenerar espaços, zonas ou áreas urbanas a fim de rejuvenesce-las através da reconstrução de prédios ou de espaços públicos.

2.1 Desafio do espaço público

O autor Fabiano Vieira Dias arquiteto e urbanista escritor de diversos artigos publicados em revistas, jornais e web sites, atuante em projetos arquitetônicos em geral. O artigo “O desafio do espaço público nas cidades do século XXI” o autor inicia falando sobre as cidades que a partir do século XX ganhou mais espaços voltados para si menos para a cidade como um todo, devido ao caos urbano que estende desde grandes cidades como para cidades pequenas. A hierarquia do automóvel no espaço urbano fez com que as pessoas fríssem procurando abrigo em lugares fechados que as propulsionassem tranquilidade e conforto.

Segundo o autor, a crise do espaço urbano se encontra maior em países onde a prioridade é em investir no atendimento as necessidades básicas e de infraestrutura do que em países como os da Europa que esses problemas já foram resolvidos onde a preocupação é agora com a qualidade e as novas atribuições do espaço público urbano. Estas cidades europeias como Berlim, Paris e Barcelona entre outros investem muito na adequação do espaço urbano e se tornam cidades espetáculo onde o espaço que antes não era valorizado deu lugar a novos projetos urbanísticos que qualificaram estas grandes urbanizações e inseriram a Europa no panorama cultural mundial, porém apesar de todo este investimento em espaços públicos voltados a arte, lazer e a cultura não abrangem todas as classes sociais e se limita até onde o poder financeiro consegue enxergar.

2.2 Praça no meio urbano

A paisagem urbana é o cenário onde se desenvolve a história da humanidade, “é na paisagem que todas as forças inter-relacionadas de nossa existência entram em ação” (WATERMAN,2010, P.15).

Uma cidade é formada por comunidades, que por sua vez é formada por um grupo de pessoas. Porém é uma cidade muito mais que uma simples aglomeração de habitantes, as pessoas sentem necessidade de espaços para se encontrar e se reunir, elas querem ter acesso a praças bem estruturadas, para transitar livremente pela cidade com uma qualidade de vida melhor.

A paisagem é um conjunto de elementos assim como edifícios, juntamente com árvores e mobiliários urbanos tudo isso resulta e despertam habitantes e visitantes da cidade trazendo boas sensações. Nem sempre verdes e espaços livre são o reflexo de um ideal da vida urbana, praça não é apenas um local aberto em meio à cidade, mais ainda um núcleo sociável em meio à malha urbana. Esses espaços se desenvolvem junto com a cidade, tendo diversas funções buscando atender as necessidades de cada uso.

É importante que a acessibilidade seja um requisito essencial para que os espaços públicos sejam bem apropriados e utilizados, em lugares públicos devem ser analisados as qualidades e características dos caminhos de acessos e cruzamentos de

vias. os acessos públicos são classificados por três tipos: físico, visual e social.

Os acessos físico corresponde a um espaço livre de qualquer tipo de empecilho, sejam barreiras espaciais ou arquitetônicas.

O tipo visual determina uma primeira impressão que a população tem do lugar, possibilita uma rápida identificação do local, se é um local de fácil visibilidade. E, por fim, o tipo de acesso social é a presença de elementos que discrimina o usuário do local, eles podem ser construtivos, serviços, vegetação ou qualquer outro tipo que iniba o acesso onde determina pessoas em um lugar.

Será projetada três praças na cidade de Correia Pinto, onde serão analisadas, o contexto urbano em que elas estão implantadas, dando uma importância para um bom projeto paisagístico onde é possível que as intervenções nos espaços públicos sejam bem aceitas pela comunidade.

2.3 O Papel Das Ruas Comerciais

O comércio não é distribuído a esmo no território, ao contrário, está organizado em torno de certas lógicas da cidade tradicional que oscilam entre: individuais ou coletivas, harmoniosas ou conflitantes, fragmentárias ou inclusivas. De qualquer forma, elas representam uma forma de construção do espaço urbano e, como tal, são determinantes da estrutura urbana. O comércio sempre se aproximou da aglomeração de estabelecimentos que dão origem ao surgimento dos “shoppings”. Juntos para aumentar a oferta e melhorar a escolha dos consumidores beneficiam assim a atração conjunta podem exercer em relação àquela que exerceriam individualmente.

Os centros comerciais podem, por sua vez, ser de diferentes formatos. Centros tradicionais encontrados nos centros históricos, centros de transferência, como “áreas comerciais” ao longo das ruas ou avenidas, galerias, passeios, grandes superfícies e fachadas.

Dentro desta classificação, é possível distinguir dois modelos: o primeiro é o “tradicional” historicamente, tem se expressado o comércio no território, com locais sobre as ruas, fortemente vinculados com o uso do espaço público e alimentados pelo transporte público de passageiros. O segundo modelo corresponde a uma lógica dos anos 80 e 90 que ainda está viva, em um contexto de profundo individualismo, é caracterizado pela construção de centros comerciais fechados (shoppings, hipermercados).

Trata-se, então, de dois modelos de ocupação territorial conflitantes: centros tradicionais que são inseridos no tecido urbano, enquanto os shoppings ocupam grandes edifícios que desarticulam a trama, e que, eventualmente, transformam-se em barreiras urbanas. Ao mesmo tempo em que os centros comerciais tradicionais usam o espaço público, interagindo constantemente com ele, gerando um sentimento de pertencimento, identidade, e favorecendo o encontro entre os cidadãos.

Em geral, as atividades comerciais têm sofrido tradicionalmente um certo rebaixamento no processo de planejamento das cidades.

Com base nas alterações recentes, as cidades devem enfrentar novos desafios: a degradação dos centros históricos, a periferização das residências, a especialização das áreas de serviço. O comércio transformou-se em uma atividade urbana que ganhou nova importância no processo de planejamento, dado o seu potencial para regenerar os centros urbanos. Estamos falando de um “urbanismo comercial”, entendido como um

campo disciplinar que avança tanto teórica como praticamente- nas relações estabelecidas entre o comércio e as diferentes formas de habitar a cidade.

As administrações municipais, por sua parte, também possuem iniciativa quando veem a possibilidade de concretizar uma obra que beneficiará o conjunto da cidade, e incorporam aos comerciantes convocando-os a participar do desenho, da execução e da gestão de diferentes projetos de valorização dos centros comerciais. Em geral, este tipo de iniciativa aparece com a vontade política de planejar a cidade, materializando-se em um plano urbano, um plano estratégico, ou uma série de projetos articulados.

2.4 Há soluções para as calçadas

Importante por sua extensão e pela qualidade de vida nas cidades, as calçadas são consideradas o principal elemento por onde as pessoas caminham, além de abrigarem a maior parte da vegetação urbana, as cidades só são boas e agradáveis quando nos permite ter condições de caminhar com acessibilidade. Quem caminha tem uma visão diferente da cidade, visualiza com uma intensidade nos detalhes, valoriza o que vê e experimenta o que não conhece.

Há vida nas calçadas que precisa ser mantida e até resgatada, apesar de o pedestre ter passado a ser prioridade nos investimentos públicos de infraestrutura em mobilidade, o espaço público não serve somente para se movimentar, mas sim para conviver, motivo pelo qual se justifica a ampliação das calçadas. Quando nós caminhamos, nós mesmos criamos tempo para ver as faces e os detalhes da vida. Mesmo assim, a realidade das calçadas brasileiras não é nada agradável, na maioria das cidades não há acessibilidade, as vias públicas são projetadas para o automóvel e o pedestre fica cada vez mais sem importância.

Vários municípios começam a resolver o problema da mobilidade pelas calçadas, implementando programas para melhorar os índices de caminhabilidade. A solução é técnica e financeira. Cabe ao município disponibilizar o projeto modelo de uma calçada, de acordo com as normas de acessibilidade, e ao proprietário a necessidade de cadastrá-la e fazer a calçada padronizada conforme orientação da prefeitura.

3. LEGISLAÇÃO

3.1 NBR. 9050

3.1.1 Escopo

Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistidos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais.

Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

As áreas técnicas de serviço ou de acesso restrito, como casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico etc., não necessitam ser acessíveis.

As edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais necessitam ser acessíveis em suas áreas de uso comum. As unidades autônomas acessíveis são localizadas em rota acessível.

3.1.2 Termos E Definições

Acessibilidade

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Adaptável

Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

Adaptado

Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.

Adequado

Espaço, edificações, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.

Área de circulação

Espaço livre de obstáculos, destinado ao uso de todas as pessoas.

Área de descanso

Área adjacente e interligada às áreas de circulação interna ou externa às edificações, destinada a usuários que necessitem de paradas temporárias para posterior continuação do trajeto.

Calçada

Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação, placas de sinalização e outros fins.

Calçada rebaixada

Rampa construída ou implantada na calçada, destinada a promover a concórdia de nível entre estes e o leito carroçável.

Equipamento urbano

Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, em espaços públicos e privados.

Contraste

Diferença perceptível visual, tátil ou sonora equipamento urbano todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, em espaços públicos e privados.

Faixa elevada

Elevação do nível do leito carroçável composto de área plana elevada, sinalizada com faixa para travessia de pedestres e rampa de transposição para veículos, destinada a nivelar o leito carroçável às calçadas em ambos os lados da via.

Faixa de travessia de pedestres

Sinalização transversal ao leito carroçável, destinada a ordenar e indicar os deslocamentos dos pedestres para a travessia da via.

Rampa

Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhamento, com declividade igual ou superior a 5 %.

Mobiliário urbano

Conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques

e quaisquer outros de natureza análoga.

Passeio

Parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso separada por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas.

Piso tátil

Piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional.

3.1.4 Aplicações Essenciais

Sinalização de pavimento

Os corrimãos de escadas fixas e rampas devem ter sinalização tátil (caracteres em relevo e em braille), identificando o pavimento. Essa sinalização deve ser instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão. Na parede a sinalização deve ser visual e, opcionalmente, tátil. Alternativamente, estas sinalizações podem ser instaladas nas paredes laterais.

Sinalização de degraus

Degraus isolados

É considerado degrau isolado a sequência de até dois degraus. Este desnível deve ser sinalizado em toda a sua extensão, no piso e no espelho, com uma faixa de no mínimo 3 cm de largura contrastante com o piso adjacente, preferencialmente fotoluminescente ou retroiluminado.

Degraus de escadas

A sinalização visual dos degraus de escada deve ser:

a) aplicada aos pisos e espelhos em suas bordas laterais e/ou nas projeções dos corrimãos, contrastante com o piso adjacente, preferencialmente fotoluminescente ou retroiluminado, conforme as opções demonstradas.

b) igual ou maior que a projeção dos corrimãos laterais, e com no mínimo 7 cm de comprimento e 3 cm de largura.

c) fotoluminescente ou retroiluminada, quando se tratar de saídas de emergência e/ou rota de fuga.

Sinalização tátil e visual no piso

Geral

A sinalização tátil e visual no piso pode ser de alerta e direcional, conforme critérios definidos em normas específicas.

Contraste tátil e visual

A sinalização tátil e visual no piso deve ser detectável pelo contraste tátil e pelo contraste visual. O contraste tátil, por meio de relevos, deve estar conforme as Tabelas 4 e 5. O contraste de luminância com a superfície adjacente, em condições secas e molhadas.

Sinalização tátil e visual de alerta

O contraste tátil e o contraste visual da sinalização de alerta consistem em um conjunto de relevos tronco-cônicos conforme

A sinalização tátil e visual de alerta no piso deve ser utilizada para:

a) informar à pessoa com deficiência visual sobre a existência de desníveis ou situações de risco permanente, como objetos suspensos não detectáveis pela bengala longa.

b) orientar o posicionamento adequado da pessoa com deficiência visual para o uso de equipamentos, como elevadores, equipamentos de autoatendimento ou serviços.

c) informar as mudanças de direção ou opções de percursos.

d) indicar o início e o término de degraus, escadas e rampas.

e) indicar a existência de patamares nas escadas e rampas.

f) indicar as travessias de pedestres.

Sinalização tátil e visual direcional

A sinalização tátil e visual direcional no piso deve ser instalada no sentido do deslocamento das pessoas, quando há ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, em ambientes internos ou externos, para indicar caminhos preferenciais de circulação. O contraste tátil e o contraste visual da sinalização direcional consistem em relevos lineares, regularmente dispostos.

Aplicação da sinalização tátil e visual de alerta e direcional

Para a aplicação da sinalização tátil de alerta e direcional e suas composições, observar o disposto em normas específicas.

Sinalização de vaga reservada para veículo

As vagas reservadas para veículo no estacionamento devem ser sinalizadas e

demarkadas com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical e horizontal.

As vagas reservadas para idosos ou para pessoas com deficiência em vias e logradouros públicos devem ser sinalizadas, conforme normas específicas.

Nas vagas reservadas para pessoas com deficiência que não estejam localizadas em vias e logradouros públicos, a sinalização vertical deve ser conforme abaixo. O símbolo internacional de acesso (SIA) que está na sinalização pode ser trocado pelo SIA.

A borda inferior das placas instaladas deve ficar a uma altura livre entre 2,10 m e 2,50 m em relação ao solo. Em estacionamentos com pé-direito baixo, é permitida sinalização à altura de 1,50 m.

3.1.5 Circulação Externa

Calçadas e vias exclusivas de pedestres devem ter uma faixa livre (passeio) para a circulação sem degraus.

Inclinação transversal

A inclinação transversal da faixa livre (passeio) das calçadas ou das vias exclusivas de pedestres não pode ser superior a 3 %. Eventuais ajustes de soleira devem ser executados sempre dentro dos lotes ou, em calçadas existentes com mais de 2,00 m de largura, podem ser executados nas faixas de acesso.

Inclinação longitudinal

A inclinação longitudinal da faixa livre (passeio) das calçadas ou das vias exclusivas de pedestres deve sempre acompanhar a inclinação das vias lindeiras.

Dimensões mínimas da calçada

A largura da calçada pode ser dividida em três faixas de uso:

a) faixa de serviço: serve para acomodar o mobiliário, os canteiros, as árvores e os postes de iluminação ou sinalização. Nas calçadas a serem construídas, recomenda-se reservar uma faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m.

b) faixa livre ou passeio: destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3 %, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre.

c) faixa de acesso: consiste no espaço de passagem da área pública para o lote. Esta faixa é possível apenas em calçadas com largura superior a 2,00 m. Serve para acomodar a rampa de acesso aos lotes lindeiros sob autorização do município para edificações já construídas.

Acesso do veículo ao lote

O acesso de veículos aos lotes e seus espaços de circulação e estacionamento

deve ser feito de forma a não interferir na faixa livre de circulação de pedestres, sem criar degraus ou desníveis, conforme exemplo da Figura 89. Nas faixas de serviço e de acesso é permitida a existência de rampas.

Obras sobre o passeio

As obras eventualmente existentes sobre o passeio devem ser convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima de 1,20 m para circulação, garantindo-se as condições de acesso e segurança de pedestres e pessoas com mobilidade reduzida,

Dimensionamento das faixas livres

Admite-se que a faixa livre possa absorver com conforto um fluxo de tráfego de 25 pedestres por minuto, em ambos os sentidos, a cada metro de largura. Para determinação da largura da faixa livre em função do fluxo de pedestres, utiliza-se a seguinte equação:

$$1,20 \text{ m} \cdot F \cdot L \cdot i, K = + \Sigma \geq \text{onde}$$

L é a largura da faixa livre

F é a largura necessária para absorver o fluxo de pedestres estimado ou medido nos horários de pico, considerando o nível de conforto de 25 pedestres por minuto a cada metro de largura

$$K = 25 \text{ pedestres por minuto}$$

Σi é o somatório dos valores adicionais relativos aos fatores de impedância.

Os valores adicionais relativos aos fatores de impedância (i) são:

- 0,45 m junto às vitrines ou comércio no alinhamento.
- 0,25 m junto ao mobiliário urbano.
- 0,25 m junto à entrada de edificações no alinhamento.

Travessia de pedestres em vias públicas ou em áreas internas de edificações ou espaços de uso coletivo e privado

As travessias de pedestres nas vias públicas ou em áreas internas de edificações ou espaços de uso coletivo e privativo, com circulação de veículos, podem ser com redução de percurso, com faixa elevada ou com rebaixamento da calçada.

Redução do percurso da travessia

Para redução do percurso da travessia, é recomendado o alargamento da calçada, em ambos os lados ou não, sobre o leito carroçável. Esta configuração proporciona conforto e segurança e pode ser aplicada tanto para faixa elevada como para rebaixamento de calçada, próximo das esquinas ou no meio de quadra.

Rebaixamento de calçadas

Os rebaixamentos de calçadas devem ser construídos na direção do fluxo da travessia de pedestres. A inclinação deve ser constante e não superior a 8,33 % (1:12) no sentido longitudinal da rampa central e na rampa das abas laterais. A largura mínima

do rebaixamento é de 1,50 m. O rebaixamento não pode diminuir a faixa livre de circulação, de no mínimo 1,20 m, da calçada.

Não pode haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável. Em vias com inclinação transversal do leito carroçável superior a 5 %, deve ser implantada uma faixa de acomodação de 0,45 m a 0,60 m de largura ao longo da aresta de encontro dos dois planos inclinados em toda a largura do rebaixamento.

A largura da rampa central dos rebaixamentos deve ser de no mínimo 1,50 m. Recomenda-se, sempre que possível, que a largura seja igual ao comprimento das faixas de travessia de pedestres. Os rebaixamentos em ambos os lados devem ser alinhados entre si.

O rebaixamento da calçada também pode ser executado entre canteiros, desde que respeitados o mínimo de 1,50 m de altura e a declividade de 8,33 %. A largura do rebaixamento deve ser igual ao comprimento da faixa de pedestres.

Em calçada estreita, onde a largura do passeio não for suficiente para acomodar o rebaixamento e a faixa livre com largura de no mínimo 1,20 m, deve ser implantada a redução do percurso da travessia ou ser implantada a faixa elevada para travessia conforme ou ainda, pode ser feito o rebaixamento total da largura da calçada, com largura mínima de 1,50 m e com rampas laterais com inclinação máxima de 5 % (1:20).

Em canteiro divisor de pistas, deve ser garantido rebaixamento do canteiro com largura igual à da faixa de travessia ou ser adotada a faixa elevada Sinalização da travessia.

As travessias devem ser sinalizadas conforme Seção 5 e Norma específica.

Vagas reservadas para veículos

Há dois tipos de vagas reservadas:

- a) para os veículos que conduzam ou sejam conduzidos por idosos
- b) para os veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência.

Condições das vagas

A sinalização vertical das vagas reservadas deve estar posicionada de maneira a não interferir com as áreas de acesso ao veículo, e na circulação dos pedestres.

“As vagas para estacionamento para idosos devem ser posicionadas próximas das entradas, garantindo o menor percurso de deslocamento.”

As vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência devem:

- a) ter sinalização vertical.
- b) contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, perpendicular ou oblíquo ao meio fio.
- c) estar vinculadas à rota acessível que as interligue aos polos de atração.
- d) estar localizada de forma a evitar a circulação entre veículos;
- e) ter piso regular e estável.
- f) o percurso máximo entre a vaga e o acesso à edificação ou elevadores deve ser de no máximo 50 m.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando através de análise e estudo o projeto surge como uma proposta para o desenvolvimento e embelezamento do município de Correia Pinto. Em um espaço público, partindo das ideias estudadas durante a etapa de conceituação teórica a respeito do tema apresentado.

Acredito que o projeto vem para fortalecer a sustentabilidade do município buscando melhoria na qualidade de vida, e os anseios da comunidade.

Desta forma o projeto vem para somar no desenvolvimento da cidade, tornando o ambiente mais atrativo para todas as pessoas. Espera-se que o projeto possa contribuir para o município, de forma que o espaço público urbano represente uma fonte de inspiração para todos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://www.geoimage.com.br/ortofoto>

<http://blog.droneng.com.br/mdt-e-mds/>

<http://blog.droneng.com.br/geracao-das-curvas-de-nivel-atravesda-malha-de-triangelos/>

<https://www.airpixel.com.br/aerofotogrametria-mapeamento-aereo-3d/>

<http://www.correiapinto.sc.gov.br/>

<http://turismo.correiapinto.sc.gov.br/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Correia_Pinto

<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050edicao-2015.pdf>

<http://geocp/home.asp?h=728&w=1366-> Seplan Prefeitura Municipal de Correia Pinto

<http://www.cidadepedrabranca.com.br/>

http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2014/03/AF_14_FLORI-PA_Requalifica%C3%A7%C3%A3o%20Vidal%20Ramos_print.pdf

<http://www.vaninetips.com.br/casa-cor-alagoas-2014/>

REURBANIZAÇÃO DE SANTA TEREZINHA COM FOCO NA QUALIDADE DE VIDA

Rubia Mara Roza¹

Tais Trevisan²

Fernanda Mincarone Broening³

Diego Scopel⁴

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade realizar um anteprojeto urbano para o município de Santa Terezinha-SC. O qual de acordo com o Estatuto da Cidade não tem a obrigação legal de desenvolver um Plano Diretor, contudo, percebe-se a importância de se atentar a elaboração deste, para um desenvolvimento urbano de maneira mais adequada, e com maior qualidade de vida. Solucionando assim problemas já existentes e porvires, para que não tomem proporções maiores como encontrado nas grandes e médias cidades.

ABSTRACT

The present work aims to carry out an urban project for the municipality of Santa Terezinha-SC. Which according to the Statute of the City does not have the legal obligation to develop a Master Plan, however, it is perceived the importance of taking into account the elaboration of this, for an urban development in a more appropriate way, and with a higher quality of life. Solving thus existing problems and porvires, so that they do not take bigger proportions as found in the great and medium cities.

1. INTRODUÇÃO

Percebe-se que nos últimos anos a preocupação para renovar a forma urbana vem sendo acentuada. A conscientização em transformar as cidades para proporcionar o máximo de trocas humanas traz consigo o desejo por uma qualidade de vida melhor.

A melhora na saúde se dá por melhores condições nos locais em que os indivíduos passam suas vidas. Dependendo assim da interação de vários fatores, como: governos, mídias, comunidade, empresários e o setor da saúde. (RIBEIRO, VARGAS, 2015)

O Planejamento Urbano tem papel estratégico crucial, de acordo com Souza é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra. (SOUZA, 2002, p. 46) O mesmo pode ser indicado como

¹ Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso 1
² Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela universidade federal da bahia.

³ Coautor/ professor do centro universitário unifacvest, arquiteto e urbanista formado pela unival. – Universidade do vale do itajai.

⁴ Coautor/ professor do centro universitário unifacvest, especialista em ambientação de interiores – ateler de projeto pela unival. – Universidade do vale do itajai.

“antídoto para o caos urbano, pois pode propiciar uma ação consciente no processo de desenvolvimento”. (SILVA, ARAÚJO, 2003, p. 58)

A dimensão humana no planejamento urbano vem por anos sendo um item menosprezado. Em contrapartida a modernização cresceu, e cada vez mais o espaço urbano, local para encontros e socialização de moradores, juntamente com as áreas para pedestres ficaram a mercê de dias com planejamento em declínio. (GEHL, 2013)

Indo além o autor nos alerta para o rumo quais os acontecimentos estão direcionando-se. A limitação das formas de locomoção dos pedestres, a redução ou o descarte progressivo da função tradicional dos espaços das cidades, como espaços de trocas culturais e de encontros sociais. (GEHL, 2013)

Existe grandes preocupações quanto ao planejamento urbano das cidades, muito vem se fazendo para tornar estes espaço mais adequados a realidade das pessoas, mas ainda se tem grandes transformações a se fazer e refazer.

A partir de todo enunciado tem-se o propósito de apresentar estratégias para que o setor público juntamente com outros representantes, pense e repense seus planejamentos feitos e seus futuros, para que cada vez mais a cidade e seus habitantes tenham qualidade de vida elevada, mais conforto e acessibilidade em seus cotidianos.

2. JUSTIFICATIVA

Com todo o aprendizado obtido no decorrer do curso e em especial estudos realizados nas disciplinas de urbano, fizeram-me olhar para as cidade de modos diferentes. Ao analisarmos os grandes centros urbanos geralmente nos deparamos com problemas críticos, como baixa infraestrutura, mobilidade urbana inadequada e a falta de espaços para lazer, cultura e socialização.

Além disso, observa-se que não só grandes centros enfrentam estes tipos de impasses, e nos deparamos com cidades consideradas pequenas, em seu número de habitantes, mas com muitos desafios, e muitas vezes grandes.

A escolha do município ocorreu inicialmente por ser minha terra natal. Acompanhando durante os anos seu crescimento, e constatando o quanto ela pode desenvolver-se, sobreveio o desejo de oferecer aspectos importantes da profissão escolhida para o avanço da cidade.

Cidade pequena em que muitos jovens acabam buscando sua profissionalização em outros municípios e poucos destes retornam para contribuir com o progresso local. Mas com muitas famílias que ainda continuam na cidade construindo seus futuros, e merecem cada vez mais uma cidade confortável.

Tendo em vista as diversas análises feitas de variados urbanistas sobre o comportamento das cidades, me fica o questionamento de quão possível será pensar estratégias de reurbanização e colocá-las em prática, nos municípios de pequeno porte, para que possamos auxiliar no seu desenvolvimento de maneira mais saudável e sustentável, fugindo aos caminhos que as cidades grandes percorreram.

3. DESCRIÇÃO DO TEMA

3.1 Surgimento das Cidades

Os primeiros e mais antigos povoados surgiram no Egito aos arredores dos vales dos rios Nilo, Tigres, Eufrates. Baías, estuários, confluências de rios, margens de lagos são, por excelência, cenários da vida urbana que caracterizam a História da civilização. (RIBEIRO, 1993, p. 27)

Com o passar dos tempos começaram os pequenos aglomerados de indivíduos, originando as vilas para obterem mais segurança e aprimorarem o cultivo de alimentos. A partir de então o homem foi cada vez mais se aglomerando em centros e desenvolvendo suas atividades econômicas.

A partir do sec. XX o Brasil sofreu intenso processo de urbanização, e este cada vez mais consolida-se, através da Proclamação da República e com indústrias iniciantes no ramo de atividades associadas a cafeicultura. (MARICATO, 2000)

As periferias da cidade torna-se palco de um aglomerado de trabalhadores urbanos. Locais estes com lotes a baixos custos tanto para a venda quanto o aluguel, sem infraestruturas adequadas, ademais com lotes irregulares dando assim justificativa para que o Estado não tome a obrigação de cuidados essenciais como a instalação luz, esgoto, água, etc. (FILHO, 1989)

3.2 Revolução Industrial na Urbanização

As mudanças providas da Revolução Industrial já se é vista no ambiente urbano na metade do sec. XIX. As preocupações em relação as cidades e seus futuros pairavam pelos ares, debates e ideias surgiam para a recuperação do espaço urbano. Estas ligadas as concepções higienistas e sociais. (DUARTE, 1999)

As inovações tecnológicas demandaram uma reorganização na produção elevando assim seus níveis. Estes exigiram também um rearranjo nos modelos estruturais quais estavam distribuídas a população e nas relações sociais entre empregados e patrões. (FLINN, 1966 apud ARRUDA, 1996)

Canedo (1986) menciona que a Revolução Industrial acima de tudo foi uma mudança social, qual transformou a vida dos indivíduos excepcionalmente a dos pobres. Pois para estes a mudança aconteceu sem equivalência de satisfação, como para a burguesia, qual aglomerou grandes riquezas, e segregou classes.

Indo além a autora cita que a zona rural tinha cotidianos não tão degradantes como acontecia na zona urbana, nesta a miséria se concentrava em largas proporções, o frio, fome, falta de higiene, entre outros, fez com que em meados de 1846-47 a Inglaterra acentuasse o número de mortes por fome. (CANEDO 1986)

Fillho (1989, p.66) enuncia que “em decorrência do regime colonial, Portugal se colocava na origem das transformações do sistema social, como agente da política de colonização e, como parte importante dessa, da política de urbanização.”

3.3 Urbanização Brasileira

Por um período extenso da história a função das cidades eram administrativas

e militares. Outras evoluíram “de aldeamentos de índios, pelos jesuítas.” Indo além o autor cita que “a economia açucareira, além de impulsionar o desenvolvimento de portos marítimos, deu origem a outras localidades”. (GEIGER, 1963 p. 73)

A urbanização e a industrialização que aconteceu nos países capitalistas e desenvolvidos e que foi desregulada e heterogênea, já acontece nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvido, no qual o Brasil está incluso. As propostas de empregos melhores que tem-se nas cidades geram uma migração do campo para as cidades. (FILHO, 1989)

Houve uma grande preocupação por conta do excessivo crescimento que as cidades estavam tendo no início o sec. XIX, dando origem a análises que incumbiam pelos distúrbios sociais e outros males a densidade populacional e a dimensão das cidades, sem pretender conhecer qual raciocínio do funcionamento que a urbanização e industrialização das sociedades estavam reproduzindo. (FILHO, 1989)

Observando a época atual BUTZKE e POLEZA (2010) relatam que por volta de 80% da população do Brasil no ano de 2.000 estava nas cidades, originando assim demandas maiores quais o setor público teria para acolher, nascentes poluídas por lixo, grandes poluições aéreas, apropriações urbanas em áreas consideradas de risco, inundações e desmoronamentos causados pelas chuvas, e a incidência de violência e crimes.

3.4 Estatuto da Cidade

Através da Lei Nº 10.257 de Julho de 2001 ficou regulamentada os arts. 182 e 183 da Constituição Federal/88, as diretrizes gerais da política urbana e criado o Estatuto da Cidade. Conforme citado em seu Art. 1º Parágrafo único, este vem estabelecer normas de ordem pública e de interesse social para regular o uso da propriedade urbana em favor do bem coletivo, bem-estar dos cidadãos, da segurança e equilíbrio ambiental. (BRASIL,2001)

Entre os objetivos desta política destaca-se “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, seguindo diretrizes de gestão democrática, com a participação da sociedade em seus diversos segmentos, nos atos relacionados ao desenvolvimento urbano; garantir cidades mais sustentáveis; ofertar equipamentos comunitários e urbanos mediante necessidade da população. (BRASIL, 2001)

Considerado um marco referencial da trajetória da reforma urbana, e um instrumento de cidadania, já que pressupõe uma gestão democrática das cidades e vem suprir uma carência normativa na área da política urbana apontada pelos municípios. (SILVA, ARAÚJO, 2003, p. 58)

3.4.1 Plano Diretor

Para fazer-se cumprir com os objetivos e dispostos no Estatuto da Cidade, a Lei estabelece instrumentos a serem utilizados, dentre eles o planejamento em todas as esferas de governo. Ao planejamento municipal tem-se o Plano Diretor. (BRASIL,2001)

Aprovado através de lei municipal é um dispositivo básico da política, deve-se fazer parte importante no processo de planejamento no município, englobar todo o

território municipal; e terá que ser revisto ao menos a cada dez anos. (BRASIL, 2001) O plano diretor vem para ser instrumento de estratégias com intervenções planejadas a curto e a médio prazo, pensado em conjunto com a população, quais devem ser instigadas a participação tanto no planejamento quanto na manutenção destas ações em benefício do futuro da cidade. (SILVA, ARAÚJO, 2003)

Conforme mencionado no Art. 41 do Estatuto da Cidade o Plano Diretor torna-se obrigatório nas cidades com mais de 20 mil habitantes. Mas nos casos de cidades com menos habitantes.

4. CIDADES MAIORES

Cidades grandes, Metrôpoles e Megacidade, nomes usualmente denominados para as cidades que abrangem mais de 500 000 mil habitantes, que dispõem de vários setores de serviços e empresas, dos mais comuns até os mais sofisticados de alto padrão, onde se encontram as sedes dos meios de comunicação, das universidades, dos grandes laboratórios, entre outros fatores que são capazes de influenciar a região, o estado, o país e até mesmo o mundo. (wikipedia - https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_grande) Segundo Geiger (1963) dentro as chamadas cidades grandes modernas, estão entre as mais antigas do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador. O autor menciona ainda que entre as características destas cidades temos: grande circulação de automóveis, ligações das ferrovias, centros de essenciais empresas econômicas, arranha-céus, periferias com loteamentos.

4.1. São Paulo (SP)

Existia preocupações em relação ao urbano pelas esferas públicas, principalmente as questões de insalubridades e aos povos carentes, havia a urgência em afirmar que além do crescimento que ocorria, a cidade também estava se modernizando, dando alusão a uma cidade civilizada. (SANTOS, 2005)

Santos (2005) descreve ainda que aconteceram melhorias na urbanização, como arborização das praças, etc. E que estas em vários momentos advieram de cortiços demolidos, prostitutas proibidas de ficar nas ruas, suprimindo assim todo indicio de mundo atrasado.

A denominada “Burguesia urbana”, classe nova que se formava e prosperava socialmente em São Paulo, era um “urbanismo-cívico embelezador, que idealizava grandes praças, avenidas e bulevares”. (FILHO, 1989, p.34)

Foi no sec. XIX que São Paulo virar a página em relação a sua conjuntura de vila, longe de centros importantes da economia, sobretudo pela expansão do café. Entretanto as modificações da cidade aconteceu gradualmente. Desde a dec. de 60 já era considerada a cidade maior do Brasil, com um potente centro de serviços terciários. (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2018)

De acordo com a estimativa de 2017 a cidade possui 12.106.920 habitantes. Tornando-se assim a 7 cidade mais populosa do mundo com uma densidade populacional de 7,772 (IBGE, 2018). A infraestrutura da cidade foi ultrapassada pelo índice de aglomeração de pessoas, gerando uma série de problemas sociais e ambientais.

Os diversos problemas enfrentados pelas chamadas metrópoles, não são poucos, entre eles estão os de garantir uma considerável qualidade de vida aos indivíduos, que vá ao encontro de uma relação positiva com o meio ambiente, prevenir e impedir a degradação das regiões em que vivem as populações mais carentes. (JACOBI, 2013)

Atividades que aconteciam e que muito se vê acontecendo nos tempos atuais nessa metrópole brasileira, com a importância global e com muitas deficiências urbanas.

4.2 Cidades Médias

Entre essa categoria encontra-se cidades cuja população gira em torno de 100 a 500 mil habitantes, que são capazes de influenciar os menores centros urbanos da sua região. (WIKIPEDIA, 2018)

Tem-se um crescimento grande destes modelos de cidades no Brasil. Essa eclosão juntamente com atuais jeitos de produção, instituem circunstâncias excelentes para que se desenvolvam propostas para um planejamento urbano que reduza ou elimine impasses quais metrópoles, por exemplo, vivem por causa da urbanização. (STAMM, 2013)

4.2.1 Ponta Grossa (PR)

A cidade teve seu povoamento ligado ao Caminho das Tropas, suas primeiras ocupações deram-se em 1704. Pedro Taques de Almeida solicitou uma sesmaria no território, foi seu filho José de Morais e seus cunhados quem tomaram posse das terras, juntamente vieram empregados e criaram currais para os gado que trouxeram.

Assim surgiram as primeiras fazendas quais contribuíram para o aumento da população e dando surgimento ao Bairro de Ponta Grossa. Este elevou-se a Vila em 1855, e em cidade em 1862. As pessoas chegavam cada vez mais, a cidade desenvolveu-se e transformou-se na mais importante do interior do estado. A chegada das Estradas de ferro impulsionou o desenvolvimento de um enorme centro comercial, social e cultural. (MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, 2018)

Atualmente o município conta com uma população estimada de 344.332, e uma área territorial de aprox. 2,054 km (IBGE,2017)

O crescimento urbano do município tem como referência as dec. de 1950 á 1970, estas marcadas por um rápido aumento do “tecido urbano”, evidenciando um processo intenso de “especulação fundiária”, da periferia a grandes loteamentos. (NASCIMENTO, MATIAS, 2001, p.81)

Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Ponta Grossa - IPLAN, criado a partir da Lei 6180/1999, com o intuito de desenvolver estudos estratégicos para o desenvolvimento nas áreas social, econômica, cultural, turística e urbanística de Ponta Grossa. (IPLAN, 2016)

De acordo com um panorama realizado no ano de 2014 pelo instituto, apontou as dificuldades na mobilidade urbana da cidade, entre elas estavam os acidentes geográficos, a topografia e muitos vazios urbanos. (IPLAN, 2016)

As rotas incluíam passagem pelo centro antigo, as pequenas ruas estreitas não conseguiam evacuar a demanda de veículos com facilidade, os ônibus do transporte pú-

blico ficava impossibilitado de transitar pelas mesmas, pois não havia espaço suficiente para manobras em curvas. (IPLAN, 2016)

É de extrema importância ter um órgão como esse atuando assiduamente na cidade, com a participação de engenheiros, arquitetos e pessoas que representem a comunidade no geral, só assim consegue-se analisar os problemas e encontrar soluções específicas para cada caso.

4.3 Cidades Pequenas

Também conceituada como cidadezinha as cidades pequenas tem menos de 50 000 habitantes. (WIKIPEDIA, 2018) Neste trabalho propomos o termo cidades menores, para especificar apenas as cidades que de acordo com a legislação não precisam de plano diretor próprio, abrangendo até 20 mil habitantes.

Considera-se que não devemos impossibilitar que a população possa se apropriar do direito de ir e vir de forma segura pelas ruas, por estabelecer um algoritmo de regulamentação, o qual conhecemos como Plano Diretor.

As aglomerações pequenas urbanas, também possui contratempos com degradações ambientais, infraestrutura social e urbana precária, atestando assim que um planejamento urbano não se faz necessário e importante somente em metrópoles, mas sim em cidades menores também. (CARNEIRO, FAÇANHA, 2015)

Até quando continuaremos fazendo de conta, que cidades menores não tem a devida importância para que seja inclusiva e incluída nas políticas públicas, para promover a acessibilidade e mobilidade urbana?

4.3.1 Rio Fortuna (SC)

O município localiza-se na região Sul do Estado de Santa Catarina, à 186 km da capital Florianópolis e à 53 km de Tubarão, conta com área territorial de 302,02 km², de relevo ondulado com altitudes variantes, sua sede está a 130 metros de altitude do nível do mar. (RICKEN, RICKEN, 2008, p. 400)

A cidade colonizada por descendentes de alemães vindos das cidades vizinhas, como Tubarão, Anitápolis, Teresópolis, Rio Bonifácio e outras, em meados do ano de 1872, se instalando na região onde hoje se encontra o perímetro urbano, posteriormente foram surgindo as vilas no interior da cidade. (MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, 2014)

As atividades econômicas giravam entorno da agricultura e da pecuária, os produtos eram transportados até Laguna para a venda e troca, assim em 1910 começaram a surgir as “bodegas” locais, os pontos de venda. (MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, 2014)

Inicialmente a localidade pertencia ao município de Imaruí, em 1921, foi criado o Distrito de Rio Fortuna, neste momento passou a pertencer ao município de Tubarão, entretanto essa mudança não alterou o progresso da vila, então somente em 1958, pela lei estadual 348, foi emancipado como município, elegendo seu primeiro Prefeito Adolfo Boeing. (RICKEN, RICKEN, 2008)

Desde o início das lideranças municipais da cidade, buscou-se o parecer das situações, analisando os problemas e encontrando as soluções, juntamente com os mo-

radores, eram realizadas pesquisas domiciliares, as quais tinham o propósito de conhecer o sonho de seus habitantes e suas dificuldades, abrangendo todos os quesitos, saúde, bem estar social, economia, etc. (RICKEN, RICKEN, 2008)

Os autores mencionam ainda que em 1961, como resultado da primeira pesquisa realizada, tiveram a relação dos seguintes tópicos:

- Saúde: à presença de um médico e posteriormente construção de um ponto de atendimento, sendo posto de saúde ou hospital.
- Transporte: construção de estradas e pontes para auxiliar no deslocamento dos produtos.
- Educação: ensino técnico-agrícola para agricultores e seus filhos.
- Infraestrutura: programa de eletrificação urbana e rural, retificação e alargamento das ruas principais.

A partir de então criaram um plano de estratégia para nortear o desenvolvimento da cidade a médio e longo prazo, atendendo as especificações da comunidade. Estes projetos continuaram sendo elaborados nas administrações seguintes dentro desses 60 anos de história como município. (RICKEN, RICKEN, 2008)

Nos tempos atuais a cidade é destaque na produção de leite e seus derivados alimentícios, cultivo de fumo, assim como também na indústria madeireira e fabricação de móveis. Conta com 4.557 habitantes, boa parte destes moram nas áreas rurais. (SANTA CATARINA, 2018)

A participação da comunidade no progresso dos projetos de urbanização, foram e continuam sendo fortemente ativa. No mês de setembro de 2017, foi realizada uma Audiência Pública para debater e atualizar o Plano Urbano do município, simultaneamente com a regularização do uso do solo, evitando o crescimento desordenado. (MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, 2017)

As Cartas geotécnicas de Aptidão à Urbanização de Rio Fortuna, criado pelo Laboratório de Geoprocessamento (LabGeop) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com colaboração do Ministério das Cidades, apresentado à comunidade, tem como caráter fornecer informações sobre as áreas de risco, afim de prevenir desastres naturais, auxiliando na implantação dos novos loteamentos e das construções nessas áreas. (MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, 2017)

5. AREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

5.1 Santa Terezinha (SC)

A região fazia parte de uma antiga rota dos tropeiros vindos de Rio Negro (PR), sendo responsáveis pelas formações de colônias polonesas, ucranianas e alemãs em meados dos anos de 1890.

Na época a disputa de territórios era constante entre os imigrantes e os 150 mil índios Botocudos que viviam no local, sendo também palco da Guerra do Contestado. Somente após o acordo assinado ente os estados, que a localidade passou a pertencer para Itainópolis -SC, conhecida como “Pinguela Lisa”, foi emancipada em 26 de Setembro de 1991, sendo reconhecida como Santa Terezinha, contando com 32 comunidades,

em uma extensão territorial de 718,81 km².

O progresso trouxe grandes transformações a essa região, modificando hábitos, interferindo nas tradições, mobilizando o povo a ir em busca de novos ideais e objetivos.

A atividade econômica no Município é a agricultura principalmente o cultivo do fumo e a produção de mel, no que se refere ao turismo as belezas naturais estão presentes em todo território, é de muita beleza o Morro do Taió, principal atração turística do Município; existem cachoeiras de beleza nostálgica; pequenas grutas situadas ao longo do Rio Itajaí bem como lindos vales com rios de águas límpidas e vegetação nativa.

Destaca-se também a arquitetura típica ucraniana e o artesanato, na sede o Parque Mata Nativa desperta a atenção pela sua vegetação.

Localização

Situada no estado de Santa Catarina, nos entre os extremos do Planalto Norte e Vale do Itajaí, contando com 8.846 habitantes estimado em 2017 de acordo com informações do IBGE.

Para prosseguir com o desenvolvimento do anteprojeto urbanístico da sede do município de Santa Terezinha, iremos analisar alguns aspectos que atuam e regem sobre a expansão territorial, econômica e social da localidade.

Buscando na legislação atual, no Plano Diretor vigente e nas fontes afins, que norteiam as ações das políticas urbanas.

Sobre o Plano Diretor, a cidade não tem a obrigação de tê-lo, devido seu índice populacional, porém, internamente e legalmente, se estabeleceu um Plano Diretor Participativo.

Graciosamente o mesmo já predis põe do seguinte objetivo no Art. 5*, inciso XIV: dotar o Município de Santa Terezinha de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas de desenvolvimento urbano futuro, antes que os mesmos aconteçam, e, ao mesmo tempo, indicar soluções para os problemas atuais.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL

A Política de Planejamento Territorial do Município de Santa Terezinha é pautada pela integração de suas ações com as demais políticas públicas setoriais do município, orientadas pela descentralização das mesmas com objetivo de promover a inclusão política, socioeconômica e espacial, bem como a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, acordado no Art. 11.

Segundo o Plano Diretor Participativo criado através da Lei Complementar N/11 de dezembro de 2010:

O inciso I do Art.12: articulação entre os vários conselhos municipais e suas políticas próprias, com vistas a efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de suas ações.

Art 14 - IV, articular no âmbito regional, por meio de programas e projetos de

desenvolvimento econômico integrado, as atividades agrícolas, industriais, comerciais, de lazer, turismo e de serviços.

Art 14 - IX, incentivar a formação de entidades representativas da sociedade.

Assim, acontece a cada dois anos uma sessão extraordinária para a realização da Conferência da Cidade, com o intuito de que, baseado nos artigos a cima e dentre outros encontrados no Plano Diretor Participativo, possam ser avaliados, criticados e aprimorados sobre a gestão da política urbana, contando com a participação de órgãos afins e todos os cidadãos interessados.

6.1 Urbanização e Paisagismo

O Poder Público Municipal promoverá ações que visem melhorias paisagísticas e urbanísticas, ampliações e criação de parques e praças, não somente no centro como também nas demais localidades.

Fixado no mesmo documento, a regulamentação das propagandas, afim de evitar a poluição visual e sonora, presentes no Artigo 33. No município já aconteceu distribuição de mudas nativas, para incentivar as melhorias paisagísticas, juntamente nativas, para incentivar as melhorias paisagísticas, juntamente com a proposta de conscientização dos moradores para auxiliarem na manutenção das beiras das estradas municipais.

6.2 Crescimento Comercial e Industrial

Como consta no Art. 5, inciso IV: cria e disciplina as áreas industriais de acordo com os diversos níveis de interferência ambiental das mesmas, evitando conflitos de usos residencial e industrial, facilitando o escoamento da produção e também o deslocamento dos funcionários.

No Art. 14, II: incentivar e apoiar as atividade agrícola municipal, visando permitir melhores condições á permanência dos agricultores na área rural.

Do Art. 15 desrespeito aos:

VII - atrair a atividade industrial, com ênfase nas empresas de baixo impacto ambiental.

VIII - criar programas de qualificação da mão de obra no município.

Comparações entre os anos de 2010-2015, com as informações disponibilizadas pelo IBGE, percebemos que o número de empresas cadastradas no município houve uma pequena queda, de 173 para 164 unidades.

Hoje encontramos na região indústrias do seguimento têxtil, as quais frequentemente oferecem gratuitamente um rápido curso de corte e costura contribuindo para a qualificação de várias pessoas neste setor.

Os comércios e indústrias, geralmente, pertencem a algum núcleo familiar do local, passando de geração a geração, possuem porte pequeno onde acabam empregando primeiramente seus familiares e amigos.

Esta entrelaçado a este tópico, o crescimento no setor da construção civil, obviamente se o comércio expande e nascem novas indústrias, a população melhora sua condição financeira, o que reflete no setor imobiliário da cidade.

Façamos a comparação pelas imagens aéreas da sede do município.

6.3 Índice Populacional

Esse tema está associado as atitudes que a administração realiza para evitar que os moradores vão para outras cidades, assim como também as políticas que incentivam o aumento populacional.

No art 9, inciso II, do Plano Diretor Participativo, concede direito a terra urbanizada, á moradia digna, ao saneamento ambiental, a infraestrutura e serviços públicos, aí incluídos o transporte público, a oportunidade de trabalho, a acesso à cultura, a lazer e ao meio ambiente sustentável.

Destas garantias ainda não foi concretizado a disponibilidade de transporte público coletivo, temos o transporte para a educação, entretanto esse não é permitido ao uso dos demais cidadãos, existe uma demanda pequena, porém que deve ser analisada, pois tendo em vista que o município é territorialmente grande, muitas pessoas precisam se deslocar até a sede para realizar algumas funções.

O índice populacional do município nos últimos oito anos teve um pequeno aumento de 100 pessoas, segundo o último senso do IBGE.

6.4 Infraestrutura das ruas

Para quem acompanha o progresso de Santa Terezinha diariamente, percebe ao decorrer dos anos que a quantidade de veículos que transitam as ruas da cidade vem aumentando consideravelmente, que o espaço está cada mais disputado entre pedestres e motoristas. Existe a falta de organização espacial para comportar todo o fluxo, direcionando corretamente os espaços para designar as funções de dirigir, caminhar e pedalar. Muitas das quadras não possuem calçadas, poucas são as que possuem espaço para pedestres distribuídas pontualmente nas vias, as ciclovias não existe na malha viária, a iluminação pública em alguns pontos são insuficientes, esses aspectos por mais simples que pareçam, acabam afetando diretamente a qualidade de vida da população, a qual é ressaltada no Plano Diretor Participativo do Município.

6.5 Fluxo Viário

Como objetivos presentes no Plano Diretor Participativo de Santa Terezinha, encontramos no Art. 5, inciso XI - atender as necessidades de transporte e mobilidade da população, promovendo um padrão sustentável, que seja democrático, não poluente, que respeite a dignidade humana e valorize o ambiente urbano.

Também no inciso XII - estabelecer uma hierarquia para a estrutura viária, integrada ao uso do solo, de forma a permitir a circulação rápida e eficiente de pessoas e veículos.

Apesar de ser uma cidadezinha pequena, esse item impacta fortemente na segurança local, principalmente nos horários de “pico”, pois, são nestes momentos que além de ter maior fluxo de veículos circulando pelas ruas, temos a dispersão dos alunos da escola situada na avenida principal, tanto no período matutino quanto no período vespertino.

Grande parte desses alunos caminham pelas ruas até suas casas, porém pela falta de local adequado para realizar esta atividade, correm perigo ao desviarem dos

carros estacionados, adentrando na pista de velocidade permitida, são alunos de várias idades, crianças, adolescentes e jovens.

Correspondente ao último senso do IBGE, realizado no ano de 2016, o município possui uma frota de 4.366 veículos, quase a metade do número de habitantes, este resultado é composto por tratores, caminhões, carros, motocicletas, ônibus e os demais meios de locomoção permitidos em vias públicas.

6.6 Saneamento Básico

Estabelecido no Plano Diretor Participativo, Art 5, inciso I - assegura os serviços de infraestrutura básica como rede de água, esgoto sanitário, drenagem urbana e coleta de lixo, energia elétrica e pavimentação.

No município encontramos poucas unidades que recebem o devido tratamento do esgoto residencial, na maioria das casas possuem fossa séptica, entretanto o município não dispõe de meios para receber e coletar todo esgoto produzido na cidade, acabando liberado de modo trágico ao meio ambiente.

O esquema abaixo mostra o que os órgãos municipais esperam que os moradores executem em suas residências, mas, não à informações quanto a realização do sistema, por não haver meios de fiscalização.

7. CONCLUSÃO

Neste trabalho teve-se a intenção de pensar em novas estratégias de planejamento urbano para o município de Santa Terezinha. Fazendo análises da história da urbanização, que se iniciou nos primórdios da vida humana em tribos e vilas, se intensificando com a revolução industrial, a qual influenciou e ainda interfere nas transformações urbanas nos tempos atuais. Contrapondo com vários modelos de cidades, em seus diferentes tamanhos e aspectos de desenvolvimento.

Observando como foi a sua história e como os mesmos relacionaram-se com a urbanização. Assim como também conseguem administrar suas ações urbanísticas de modo a contribuir para o desenvolvimento humano.

Os estudos destas análises serviram para embasar e adquirir conhecimentos para realizar a nova proposta de reurbanização, abrindo os olhos dos governantes para um desenvolvimento econômico e territorial, pautado na valorização das atividades humanas de seus habitantes, indicando soluções e promovendo inovações no modo de desenhar cidade. E também da população, para que a mesma exerça seu dever de participação na construção do espaço que convivem dia a dia, apontando as suas dificuldades, as quais poderiam ser dissolvidas com um planejamento urbano colocado em prática.

Além de apontar suas potencialidades econômicas, turísticas e sociais que não estão recebendo a devida atenção dos órgãos administradores.

Diante das dificuldades encontradas na falta de dados documentais do município, não foi possível desenvolver um trabalho mais elaborado e detalhado. Ressaltando a continuidade do mesmo, onde entrará no detalhamento executivo dos projetos, pois, os apresentados são estudos preliminares da proposta.

Necessita ser destacado, o quão enriquecedor é o estudo deste tema, e a com-

preensão do quanto usamos e necessitamos da organização espacial da cidade para desfrutar de dias mais felizes.

8. REFERÊNCIAS

BUTZKE, Luciana. POLEZA, Maristela Macedo. Entre o desejável e o possível: a proposta do Plano Diretor Regional Participativo e a Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí. In: SCHULT, Sandra I. Momm. SIEBERT, Cláudia A. F. SOUZA, Luiz Alberto (org.). Experiências em planejamento e gestão urbana: planos diretores participativos e regularização fundiária. Blumenau: Edifurb, 2010

BRASIL. Lei nº 10.257, de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: DATA jun. 2018

CARNEIRO, Wesley Pinto. FAÇANHA, Antonio Cardoso. O planejamento e a gestão urbana em cidades pequenas: o caso da cidade de Barras (PI). In: XI – Encontro Nacional da ANPEGE. Anais do XI – ENANPEGE. 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/3/113.pdf>>. Acesso em: DATA jun. 2018

CANÊDO, Leticia Bicalho. A Revolução Industrial: tradição e ruptura: adaptação da economia e da sociedade: rumo a um mundo industrializado. 2. ed. São Paulo: Atual, 1986.

CLIMATE-DATA.ORG, Clima de Santa Terezinha. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org/location/313362/>> Acesso DATA: jul de 2018.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM FOCO, Saneamento Básico, jan 2016. Disponível em: <<http://cienciatecnologiafoco.blogspot.com/2016/01/saneamento-basico.html>> Acesso DATA: jul. de 2018.

DUARTE, Fabio. Arquitetura e tecnologias de informação: da revolução industrial a revolução digital. São Paulo: UNICAMP, 1999.

FILHO, Candido Malta Campos. Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos brasileiros devem fazer para a humanização das cidades. São Paulo: Nobel, 1989.

FLINN, M.W. Origins of the Industrial Revolution. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade. A Grande Revolução Inglesa. São Paulo: Hucitec, p. 42. 1996.

GEHL, Jan. Cidades para Pessoas. Tradução: MARCO, Anita Di. 1ed. São Paulo: Perspectiva, 2013

GEIGER, Pedro Pinchas. Evolução da rede urbana brasileira. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em: DATA jun. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>>. Acesso em: DATA jun. 2018.

IPLAN: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa. Lei de Criação do IPLAN. Ponta Grossa. 2016. Disponível em: <<http://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/iplan/legislacao-iplan/>>. Acesso em: DATA jun. 2018

JACOBI, Pedro Roberto. São Paulo metrópole insustentável – como superar esta realidade?. Cadernos Metrópole. São Paulo, v.15, n.29, p. 219-239, jan-jun, 2013 Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/15823/11847>>. Acesso em: DATA jun. 2018

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.14, n.4, out./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392000000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: DATA jun. 2018

MASSOLA, Ricardo. O que é qualidade de vida? Podemos medi-la. Disponível em: <<http://www.ricardomassola.com.br/o-que-e-qualidade-de-vida-podemos-medi-la>>. Acesso em: DATA jul. 2018.

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA. História da Cidade. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/acidade#historia>>. Acesso em: DATA jun. 2018

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. Histórico. 2014. Disponível em: <<http://www.riofortuna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/22509>>. Acesso em: DATA jul. 2018

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. Planejamento urbano é tema de Audiência Pública. 2017. Disponível em: <<http://www.riofortuna.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/16188/codNoticia/445327>>. Acesso em: DATA jul. 2018

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Introdução. Disponível em: <http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/introducao.php>. Acesso em: DATA jun. 2018

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. Avançar Cidades aprova R\$ 3 milhões para Rio Fortuna. Rio Fortuna, mai. 2017. Disponível em: <<http://www.riofortuna.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/16188/codNoticia/487819>>. Acesso em: DATA jun. de 2018.

NASCIMENTO, Ederson. MATIAS, Lindon Fonseca. Expansão Urbana e desigualda-

de socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). Departamento de Geografia – UFPR. Curitiba. p.65-97. 2001. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/24833/16634>>. Acesso em: DATA jun. 2018

PORTAL DO MARCOS SANTOS, Estação de esgoto no bairro Jorge Teixeira será entregue em dezembro, ago. 2014. Disponível em: <<https://www.portalmarcossantos.com.br/2014/08/25/estacao-de-egoto-bairro-jorge-teixeira-sera-entregue-em-dezembro/>> Acesso DATA: jul de 2018.

RIBEIRO, J. O. de Saboya. Evolução Urbana. Rio de Janeiro, 1993

RIBEIRO, Helena. VARGAS, Heliana Comin. Urbanização, globalização e saúde. Revista USP. São Paulo, n.107, p. 13-26, out-nov-dez, 2015. Disponível em: <<http://redehumanizausus.net/wp-content/uploads/2017/09/Artigo-urbaniza%C3%A7%C3%A3o-globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-sa%C3%BAde-1.pdf>>. Acesso em: DATA jun. 2018.

RICKEN, Tatiane Dirksen. RICKEN, Inácio (org.). Rio Fortuna: resgatando as origens, cultivando valores, alicerçando o futuro. Rio Fortuna:Coan. 2008

SANTA CATARINA. Rio Fortuna. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc/municipios-de-sc/rio-fortuna>>. Acesso em: DATA jun. de 2018.

SANTIN, Janaina Rigo. MARANGON, Elizete Goncalves. O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. História. São Paulo, 2008 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a06v27n2.pdf>>. Acesso em: DATA jun. 2018

SANTOS, Fábio Alexandre dos. Urbanização e salubridade na cidade de São Paulo, 1911-1930. In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1239.pdf>>. Acesso em: DATA jun. 2018

SILVA, Jussara Maria da. ARAÚJO, Maria Luiza Malucelli. Estatuto da Cidade e o Planejamento Urbano-regional. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.105, p.57-74, jul-dez, 2003. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/175/151>>. Acesso em: DATA mai. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

STAMM, Cristiano. et al. A população e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. Interações. Campo Grande, v.14, p. 251-265, jul-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v14n2/a11v14n2.pdf>>. Acesso em: DATA jun. 2018

SOUTINHO, Ana Margarida Martins de Sousa. Humanização do Espaço Público Urba-

no. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10400.14/17482> >. Acesso em: DATA mai. 2018

WIKIPÉDIA. Cidade Grandes. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_m%C3%A9dia-grande>. Acesso em: DATA jun.2018

WIKIPÉDIA. Cidades Pequenas. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_pequena>. Acesso em DATA jun. 2018

TRANSCEDER – CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM LAGES - SC

Thais Pereira Pagani De Arruda¹

Tais Trevisan²

Cintia Aparecida Neuburger Zanqueta³

Andreia Regina Montresol Teles⁴

RESUMO

Este trabalho visa realizar estudos para um anteprojeto de um centro de atendimento as mulheres em situação de violência no município de Lages –SC, integrando diversos serviços como assistência social, psicologia e jurídica para todas as mulheres vítimas de violência doméstica, urbana ou rural. O anteprojeto prevê um local onde as vítimas possam buscar auxílio quando se sentirem violentadas, bem como proteção, assistência para retornar as suas atividades cotidianas, autonomia, assistência psicossocial e abrigo. Este equipamento é destinado para o tratamento do trauma e como método de prevenção a violência. O centro de atendimento à mulher, tende responder as necessidades da região observando a demanda, afim de solucionar e prevenir casos de violência além do município de Lages, abrangendo os serviços prestados a toda a Amures (Associação dos municípios da região serrana).

ABSTRACT

The study aims to carry out studies for the evaluation of a service center as women in situations of violence in the municipality of Lages-SC, integrating the services as social, psychological and legal assistance for all women as victims of domestic, urban or rural. The draft provides a place where information can be recovered when they feel violated, as well as protection, assistance to return to their daily activities, autonomy, psychosocial care and shelter. This equipment is intended for the treatment of trauma and as a method of violence prevention. The women's care center, which responds to the needs of the region with attention, demand for care and cases of violence beyond the municipality of Lages, covering the services provided to the entire Amures (Association of municipalities of the mountain region).

¹ Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso 1
² Cooautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela ufba - universidade federal da bahia.

³ Cooautor/ professora do centro universitário unifacvest, especialista em segurança do trabalho pelo centro universitário unifacvest.

⁴ Cooautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em habitação: planejamento e tecnologia pelo instituto de pesquisas tecnológicas de são paulo.

1. INTRODUÇÃO

Conforme o artigo 5º da Constituição da República que regula que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Constituição da República – 1988). Conforme a Lei, fica garantida a igualdade entre os gêneros em qualquer lugar do país. Hoje, Lages conta com a secretária municipal de políticas para Mulher e assuntos comunitários, esse equipamento atende as vítimas e seus filhos, direcionando os para acolhimento e assessorias sociais, além da Delegacia da Mulher onde é oferecido os serviços para registrar B.O. e solicitar medidas protetivas. Ainda que os equipamentos ofertados sejam eficazes, é restrito apenas a mulheres do município, sendo que muitas mulheres os desconhecem. Propõe-se que os serviços trabalhem em conjunto com a finalidade de combater todo e qualquer ato de violência.

Dessa forma, o que se pretende é propor um centro de atendimento as mulheres vítimas de violência, onde se acolha todas as vítimas, acompanhadas de seus filhos ou não, em situação de vulnerabilidade devido aos traumas obtidos através da opressão, onde encontrem qualquer tipo de ajuda e serviço, afim de que se recupere da violência da qual sofreu.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver anteprojeto para um centro de atendimento as mulheres em situação de violência em Lages- SC.

Objetivos Específicos

Levantamento de dados preliminares para a inserção de um espaço onde mulheres de toda a serra catarinense possam ser acolhidas;

Oferecer serviços a todas as mulheres em situação de risco e que sofrem ou sofreram algum tipo de violência;

Proporcionar um local adequado para dar suporte jurídico, social e psicológico as vítimas;

Propiciar condições de segurança física, emocional e o fortalecimento da autoestima;

Proteger as mulheres e prevenir a violência;

Promover o acesso às redes de qualificação profissional para a inclusão produtiva;

Possibilitar projetos pessoais afim de que superem a situação de violência e desenvolvam oportunidades para o crescimento de autonomia pessoal e social.

3. JUSTIFICATIVA

A violência doméstica é uma forma de agressão que atinge mulheres de todas as raças, classes e etnias. Esse tipo de violência pode ser manifestada através de lesões corporais, insultos, ameaças, entre outros.

A violência contra a mulher vem ganhando grande expressão na sociedade, através de movimentos feministas e redes de apoio à pessoas que sofrem ou sofreram algum tipo de violência.

Apesar das pesquisas sobre violência doméstica ainda terem números absurdos, verificou-se um aumento significativo do percentual de mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência, muitas já reconhecem os tipos de agressão e se sentem mais confortável para falar sobre tal assunto. Atualmente no Brasil, temos diversos programas e incentivos ao combate da violência, como a Lei Maria da Penha, a Secretaria de Políticas Para Mulheres, Delegacias especializadas, rede de enfrentamento a violência, entre outros.

Em uma pesquisa feita em 2013 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 35% das mulheres no mundo todo já sofreram algum tipo de violência.

Segundo o Atlas da violência (2017), no Brasil em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas, correspondendo a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Esses dados indicam um quadro grave, pois a maioria dessas mortes poderiam ter sido evitadas, pois até o desfecho fatal a mulher é vítima de diversos atos de violência de gênero como violência verbal, sexual, patrimonial, psicológica, entre outras especificadas na Lei Maria da Penha (11.340/06).

Com dados cedidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em 2017, a região sul do país registrou 20.967 casos de vítimas de violência de gênero. O município de Lages – SC, escolhido para realização deste anteprojeto é considerado o 17º município mais violento para a mulher no Brasil, entre os anos de 2017 e 2018, a cidade de Lages registrou 108 casos de violência contra a mulher.

Desta forma, o intuito deste trabalho é de orientar as mulheres da serra catariense que necessitam de ajuda e prevenir qualquer tipo de violência.

Para mudar essa realidade é preciso combater as várias formas de violência, através de informações e medidas protetivas para garantir a integridade física e psicológica das mulheres. Nesse sentido a arquitetura pode contribuir ao propor espaços acolhedores e seguros nos centros de atendimento, além de outros equipamentos públicos que assegurem a plenitude da mulher.

4. DESCRIÇÃO DO TEMA

4.1 Breve história do papel da mulher através dos séculos

A história estuda a ação dos seres humanos no tempo, e desde o princípio a agressão, estupro e homicídio são episódios que estão presentes em todas as fases.

Desde o início das sociedades os grandes fatos das conquistas da humanidade estão atribuídos aos homens, o espelho da sociedade patriarcal revela que o homem deve ser o gênero dominante nas relações. A desigualdade de gênero que as mulheres

sofrem desde a antiguidade é grande causadora dos atos violentos que acontecem nos dias atuais.

Podemos analisar essa desigualdade através das sociedades ao longo da história.

Na Grécia antiga, a mulher era totalmente desprezada e desvalorizada. Eram vistas somente como reprodutoras. Segundo o filósofo Aristóteles “Mulher é mulher devido a uma deficiência, que devia viver fechada em sua casa e subordinada ao homem”. Não tinham direitos jurídico e nem educação formal. Além de serem proibidas de aparecer em público sozinhas.

Em Roma não era muito diferente, já que o patriarcado que comandava essa sociedade. A mulher no contexto social implicava em três virtudes: responsabilidades, obediência e razão já que eram proibidas de agirem pela emoção. Eram tratadas como as crianças e escravos, sendo proibidas de ocuparem cargos públicos. Sua principal função era procriar.

Já no Egito, as mulheres eram tratadas com igualdade perante aos homens, em comparação com outras civilizações elas recebiam grande destaque e Status por sua sabedoria.

A Idade Média foi o cenário para uma das maiores perseguições das mulheres. Com a inquisição imposta pela igreja católica, a “caça às bruxas” executou milhares de mulheres pagãs. As mulheres que nessa época não sofreram perseguições eram as virgens, mães, esposas e freiras, mas sofriam com a subordinação, já que os homens comandavam suas ações e modos de agir.

Em 1785 com a Revolução Francesa, mesmo sem ter direitos políticos, o cenário começa a mudar. As mulheres começam a lutar pela igualdade de gênero.

No século XIX as mulheres começam a ocupar o espaço no mercado de trabalho, quando começam a trabalhar nas fábricas da revolução industrial. As condições de serviços precárias e as desigualdades impostas no mercado de trabalho implicam no início dos movimentos feministas afim de buscar a igualdade de gênero.

A partir dessa época coletivos feministas começaram a surgir a fim de garantir direitos iguais entre os gêneros e as nossas lutas começaram a ser vistas e ganharem seus devidos destaques na sociedade.

No dia 08 de março de 1975 a ONU consagrou internacionalmente como o dia da Mulher. A data foi atribuída a lembrança das 140 mulheres que morreram no incêndio de uma fábrica em Nova Iorque no ano de 1911. Além de representar um marco para as conquistas dos movimentos feministas que lutam pelo direito a igualdade dos gêneros.

4.2 Breve histórico e análise da violência contra a mulher no Brasil

A violência contra a mulher no Brasil é um problema social bastante recorrente, pois ainda há muita desigualdade sociocultural, onde em muitos lares ainda impera o patriarcado, a cultura de superioridade masculina vem associada ao poder de dominar o sexo feminino, fazendo com que a mulher seja sua submissa. A maioria das vítimas em suas relações afetivas, sofrem com agressões, subordinação e dominação de seus parceiros.

No Brasil, os movimentos feministas ganham forças na década de 60, após o

golpe militar de 1964, afim de contestar a política do país.

Nessa época o país estava se modernizando, gerando expansão no âmbito educacional e de trabalho, causando muitas oportunidades para as mulheres.

O engajamento e dedicação das mulheres resultou na criação de diversos programas à discriminação e violência feminina Com o decreto de 23.769 de 6 de agosto de 1985, o governador do estado de São Paulo, Franco Motoro, cria a primeira delegacia de polícia de defesa da mulher, fazendo com que o Brasil seja o primeiro país da América Latina a implanta-las.

Outro órgão político criado para o auxílio da defesa da mulher e de suma importância nos dias atuais foi a Secretária Especial de Políticas Para Mulheres, criada no segundo ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), permite a ligação do estado com ações não governamentais.

Atualmente o governo pública diversos relatórios e pesquisas embasados em casos de violência de gênero.

No Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lançado em 2017, podemos ver números sobre segurança e estatísticas de diferentes tipos de violência que ocorrem no país. De acordo com o anuário, em 2016, Santa Catarina contava com 24 delegacias especializadas ao atendimento à mulher em situação de violência.

Lançado em junho de 2017 o Relatório da pesquisa DataSenado sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, ouviu 1.116 mulheres brasileiras.

Quando perguntadas se já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocadas por um homem, 29% respondeu que sim e 71% que não. Em relação a 2015 esse percentual teve um aumento significativo de 11% para sim.

Na entrevista foram revelados os tipos de violência sofreram. A violência física é a forma de agressão que lidera a lista, seguidas por agressão psicológica, moral, sexual e matrimonial. 71% das mulheres entrevistadas conhecem alguma mulher que também sofre ou sofreu com agressões e 29% dizem não conhecer.

Tais pesquisas são de suma importância para estudos e combate à qualquer tipo de violência.

Diariamente são relatados casos de agressões sofridos por mulheres, que mesmo após todos os atos de violência mantém relações afetivas com o agressor, isso é caracterizado como o Ciclo da Violência. A psicóloga norte-americana Leonor Walker estudou e identificou que as agressões em uma esfera afetiva ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido. Este ciclo é definido em 3 fases, sendo eles:

Fase 01 – Aumento da Tensão: o agressor geralmente fica irritado por coisas insignificantes, humilhando e ameaçando a vítima fazendo com que se sintam triste, angustiada, entre outras sensações. Nessa fase a vítima entra em um processo de negação, escondendo os fatos de outras pessoas e tentando achar um motivo para culpar-se por tal atitude.

Fase 02 – Ato de violência: Nessa fase o agressor perde o controle e qualquer motivo gera um ato violento, seja ele verbal, físico, emocional ou outro. Geralmente nessa fase a vítima paralisa e fica sem reações.

Fase 03 – Arrependimento e comportamento carinhoso: O agressor pede desculpas por seu comportamento e tenta justificar com alguma coisa que a vítima fez e tenta a reconciliação. Há um período calmo, pois a mulher sente que houve mudanças em seu comportamento.

Como a demonstração de remorso por parte do agressor, a mulher se sente responsável pelo que aconteceu.

Isso tudo se repete, fazendo com que sua relação seja tóxica e abusiva, um misto de sentimentos toma conta da mulher. Até ela ter forças e conseguir tomar a decisão em buscar ajuda, seja contando com apoio de familiares, amigos, até mesmo de órgãos públicos.

Algumas unidades na rede de enfrentamento a violência contra a mulher no Brasil são:

Centros de referência de atendimento à mulher (CRAMs): São espaços onde oferecem acolhimento, acompanhamento psicossocial e orientação jurídica para mulheres em situação de violência.

Casas Abrigo: oferecem acolhimento provisório e segurança as mulheres, acompanhadas de seus filhos ou não, que estejam sob o risco de morte. O período de permanência nos abrigos varia de 90 a 180 dias

Centros de referência da assistência social (CRAS): são unidades públicas que desenvolvem trabalho social com as famílias afim de promover um bom relacionamento familiar além do acesso a direitos e qualidade de vida.

4.4 Tipos de Violência

Violência Física Qualquer ato que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. Espancamento, atirar objetos, sacudir ou apertar os braços, estrangulamento, sufocamento, lesões, tortura, entre outros.

Violência Psicológica Qualquer ato que cause danos emocionais, diminuição da autoestima, prejudique seu desenvolvimento ou vise controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões. Ameaças, perseguição, constrangimento, manipulação, insultos, exploração, entre outros.

Violência Sexual Qualquer ato que a constranja presenciar, manter ou participar de relações sexuais não desejadas, coação ou uso da força. Estupro, obrigar a fazer atos sexuais que lhe causam repulsa, impedir o uso de métodos contraceptivos, forçar a mulher a abortar, entre outros.

Violência Patrimonial Qualquer ato que configure retenção, subtração, destruição parcial de seus objetos, documentos pessoais, bens, valores e recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Furto, extorsão, controlar o dinheiro, privar de bens, causar danos a objetos dos quais a mulher gosta, entre outros.

Violência Moral Qualquer ato que configure calúnia, difamação ou injúria. Tentar manchar a reputação, fazer críticas mentirosas, expor a vida íntima, distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre sua memória e sanidade, entre outros.

4.5 Relógios da Violência

Os números apresentados nos relógios da violência são de uma pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foi realizada nos dias 11 e 17 de fevereiro de 2017 em 130 municípios brasileiros. Foram ouvidas 2.073 pessoas – sendo 1.051 mulheres. Sendo a margem de erro de 2 pontos, tanto para mais quanto para menos.

- A cada 1,4 segundos, uma mulher é vítima de assédio;
- A cada 2 segundos, uma mulher é vítima de violência física ou verbal; A cada 2,6 segundos, uma mulher é vítima de ofensa verbal;
- A cada 6,3 segundos, uma mulher é vítima de ameaça de violência;
- A cada 16,6 segundos, uma mulher é vítima de ameaça com faca ou arma de fogo;
- A cada 22,5 segundos, uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento;
- A cada 2 minutos, uma mulher é vítima de arma de fogo.

4.6 Lei Maria da Penha

Maria da Penha Maia Fernandes nasceu no Ceará em 1945, formou-se em 1966 em Farmácia Bioquímica pela UFC, logo após iniciou seu mestrado em Parasitologia em Análises clínicas na USP, onde conheceu Marco Antônio Heredia Viveros, com o qual casou e teve duas filhas. As agressões começaram após o nascimento da segunda filha. Era violentada tanto fisicamente quanto psicologicamente, pensou por várias vezes denunciar o marido, mas tinha medo de sua reação. Em maio de 1983, Marco Antônio atirou em suas costas em quanto dormia, passou por diversas cirurgias e voltou para casa, além de estar paraplégica sofreu ainda mais com os abusos do marido, que não foi acusado pelo tiro por ter dado uma versão em que assaltantes haveriam dado o disparo em uma tentativa falha de assalto à casa. Um tempo após essa tragédia, Maria da Penha sofreu outra tentativa de homicídio, seu marido tentou eletrocutá-la enquanto tomava banho, a partir disso a polícia confirmou que o marido era o responsável pelo tiro.

Nesse momento iniciaram as medidas de proteção, que ocasionaram na saída de casa sob ordem judicial a ela e suas filhas, sem que significasse abandono do lar. Após a sua saída de casa, iniciou um esforço para a condenação de Marco Antônio Heredia Vivero, além de se tornar uma grande ativista nas causas sobre violência doméstica.

O seu caso ganhou grande repercussão tanto nacional quanto internacionalmente o que forçou as autoridades a reconhecer a necessidade de uma lei que protegesse a integridade física e emocional da mulher em relação a violência doméstica.

A lei Maria da Penha foi sancionada no dia 7 de agosto de 2006, como Lei n.º 11.340 criou mecanismos para proteger a mulher da violência doméstica e familiar.

LEI N.º 11.340

Título I - Disposições Preliminares:

Art. 1.º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2.º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orienta-

ção sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Título II – Da violência doméstica e familiar contra a mulher

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das

formas de violação dos direitos humanos.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Título III - Da assistência a mulher em situação de violência doméstica e familiar

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - A integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - O respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

Art. 11º No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - Garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - Se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - Informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os

serviços disponíveis.

IV - A implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

5. NORMAS TÉCNICAS

NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;

Rampas: São consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 % até 8,33 % em reformas ou casos em que não há outra possibilidade. O raio mínimo é de 3 M. Tendo como largura mínima 1,20 M, sendo o mais aceitável 1,50 M.

Escadas: Acima de 3 degraus já se considera escada. A largura mínima para escadas acessíveis é de 1,20M. Deve haver um patamar a cada 3,20 M de desnível ou sempre que tiver mudança de direção.

Circulação Interna: 0,90 M para corredores com extensão de até 4 M. 1,50 M para corredores com extensão superior a 10 M e/ou de uso público.

Portas: Quando abertas devem ter um vão de no mínimo 0,80 m de largura e 2,10 de altura, com diâmetro de 1,5m.

Janelas: deve considerar-se o alcance visual, exceto em casos de segurança e privacidade. Cada folha deve ser exercida somente com um único movimento.

Circulação externa: calçadas deve ter piso tátil conforme a norma e garantir uma circulação sem degraus. Calçadas destinadas a passei deve ter a dimensão mínima de 1,20m de largura.

Estacionamento: para idosos deve ser posicionada próximas de entradas afim de que façam o menor percurso. Para pessoas com deficiência deve haver sinalização vertical indicando a vaga além de ter um espaço adicional de 1,20m de largura, quando afastada da faixa de pedestres. O percurso entre a vaga e o acesso a edificação deve ser de no máximo 50m.

Banheiros: Devem estar localizados próximos de rotas acessíveis e a circulação principal. A distância máxima a ser percorrida até o banheiro deve ser de 50M. Em espaços públicos ou de uso coletivo deve ser previsto no mínimo um sanitário por pavimento. As barras de apoio devem resistir a um esforço mínimo de 150kg. As bacias e assentos sanitários não podem ter abertura frontal e devem estar a uma altura do piso acabado de 0,43 m a 0,45m. Boxe com chuveiro deve prever uma rotação de 360° para pessoas com cadeiras de roda. As dimensões mínimas do banheiro com chuveiro devem ser de 0,90 m x 0,95 m equipadas com barras de apoios.

Locais de hospedagem: Os dormitórios acessíveis devem atender todas as condições de alcance manual e visual, com a circulação interna mínima de 0,90m de largura. Deve haver uma área que possibilite um giro de 360° com a cadeira de rodas. A altura das camas deve ser de 0,46 m.

NBR 15401 – Meios de hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos;

Arquitetura e impactos da construção local: A arquitetura deve ser integrada a paisagem, gerando o menor impacto na sua implantação. Convém a utilização de materiais disponíveis na região de fontes sustentáveis. A volumetria deve ser harmônica com

o entorno

Eficiência energética: Deve ser implantado medidas que minimizem o consumo de energia. É recomendável o uso de fontes de energia renovável, considerando o uso de tecnologia solar e outras que gerem menor impacto ambiental. Usar técnicas para que maximizem a eficiência energética, como isolamento térmico de paredes e forro, ventilação natural, uso de iluminação natural entre outros.

Saúde e segurança: Deve estabelecer e manter procedimentos para a identificação de perigos, avaliação de riscos e implementação de medidas de controle necessárias, como atividades de rotina ou não. Atividades de todas as pessoas que tem acesso a edificação. Atendimento de emergências e acidentes.

Segurança Sanitária para Serviços de Alta Complexidade do Sistema único de Assistência Social – SUAS

O SUAS é um novo modelo de gestão para organização de assistência social na oferta de programas, projetos, serviços e benefícios em todo o país.

Serviço de Acolhimento Institucional: são oferecidos diferentes tipos de equipamentos a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, afim de garantir proteção integral, respeitando os costumes, tradições e diversidade. O tempo de permanência é acima de 90 dias.

O acolhimento para mulheres, acompanhadas de seus filhos ou não, deve ser em local sigiloso, além do sigilo quanto a identidade das vítimas.

As formas de acesso ao serviço de acolhimento para mulheres em situação de violência se dá por requisição de serviços de políticas públicas setoriais, CREAS (Centros de referência especializado de assistência social), Ministério Público ou Poder Judiciário.

Estrutura Física Abrigo Institucional:

Segundo o Termo, a estrutura do espaço físico deve-se ter por base a população a ser atendida, estabelecendo tais espaços:

Quartos: até 4 acolhidos por quarto, excepcionalmente 6. Metragem sugerida: 2,25 m² por ocupante.

Banheiro: 1 lavatório, 1 chuveiro, 1 vaso sanitário para cada 6 acolhidos. Sendo 1 banheiro adaptado para deficientes.

Sala de estar, Sala de jantar, copa, cozinha, área de serviço e área externa (varanda, jardim, etc.).

Sala para equipe técnica, sala de coordenação e atividades administrativas e sala para reuniões.

O período de funcionamento do serviço deve ser ininterrupto (24 horas). E deve-se disponibilizar espaços reservados para privacidade dos acolhidos assegurando a guarda de seus pertences pessoais. Além de contar com um espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, em qualquer horário.

Termo de Referência: Apoio a casas abrigo e centros de referência

O termo de referência é um documento proposto pela Secretária de Políticas

para Mulheres (SPM) e tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra a mulher.

O termo fundamenta as ações voltadas para a construção, reforma e reaperfeiçoamento dos serviços especializados nos centros de referência para mulheres em situação de violência.

O centro de referência deve exercer a articulação dos serviços que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social e manter um bom relacionamento com outros serviços (públicos ou não) que funcionem como porta de entrada para o amparo das vítimas. Sua localização deve ser em local de fácil acesso à essas mulheres.

6. REFERÊNCIAS

Casa da mulher – Centro de atendimento às mulheres em situação de violência em Palmas – TO – Nathália Canedo de Lima Silva – 2017.

Anteprojeto arquitetônico de abrigo para mulheres em situação de violência em São Luís – Mariah Aragão Barros – 2015.

Centro de Referência da mulher – Espaço de reintegração – Débora Peixoto Moreira – 2015.

Proposta arquitetônica de uma unidade de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica em aracaju – SE – Isabela Maria Fontes Martins – 2017.

Casa da mulher – centro de referência às mulheres que sofrem violência em Presidente Prudente – SP – Milena Pâmela de Paula – 2011.

Mulheres em situação de violência – Janize Luzia Biella – 2005.

Nova casa da mulher brasileira – Isadora Crescente Munari

Livro: Segurança Sanitária para Serviços de Alta Complexidade do Sistema único de Assistência Social – SUAS.

Anuário brasileiro de segurança pública, 2017.

Atlas da violência, 2017

Cartilha Maria da penha, 2015.

Lei Maria da Penha

Livreto Casa da Mulher Brasileira

NBR 9050

NBR 14401

Relatório violência contra as mulheres, 2017

Relatório aprofundando o olhar sobre o enfrentamento contra a mulher

Visível e invisível – a vitimização de mulheres no Brasil

Termo de referência do Senado Federal, 2017

Textos de discussões do Senado Federal, 2017

SITES:

<http://www.caubr.gov.br/raquel-rolnik-como-fazer-valer-o-direito-das-mulheres-a-moradia/>

<http://www.lages.sc.gov.br/noticia/10783/cidade-tem-a-primeira-secretaria-de-politica-para-mulher-de-sc/>

<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/11/sc-registra-por-dia-67-casos-de-violencia-contr-a-mulher-10011624.html>

<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/de-ponto-a-ponto/noticia/2017/12/eduarda-deme-neck-lages-avanca-no-atendimento-a-mulher-vitima-de-violencia-10051139.html>

<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria>

<http://www.caums.gov.br/?p=9551> <https://www.archdaily.com.br/br>

<http://www.arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/casas-acolhimento-mulheres-vitimas-violencia>

<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/07/acao-conjunta-e-fundamental-para-enfrentar-violencia-contr-a-mulher-no-campo-9831365.html>

<https://issuu.com/>

<http://www.turminha.mpf.mp.br/viva-a-diferenca/mulher/dia-da-mulher-a-historia-os-avancos-e-os-desafios>

<https://www.arquitetasinvisiveis.com/>

<http://www.cnmp.mp.br/portal/>

<http://porvir.org/mulheres-de-ruanda-ganham-centro-de-empendedorismo/>

<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/mulheres-uma-longa-historia-pela-conquista-de-direitos-iguais.htm>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Mulheres>

<http://www.pt.org.br/o-projeto-arquitetonico-e-arquitetado-pelas-mulheres-a-casa-da-mulher-brasileira/>

<http://www.spm.gov.br/>

NORMAS PARA COLABORADORES

A **Synthesis Arquitetura e Urbanismo: Revista de Produção Científica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACVEST** tem as seguintes normas editoriais para a apresentação de artigos, resenhas e depoimentos:

1. Os artigos deverão ser inéditos (não publicados em periódicos de circulação nacional);
2. Os artigos deverão ser entregues num envelope fechado e o nome do autor deverá ser omitido para a apreciação e análise do Conselho Editorial;
3. Acompanhará o envelope com os artigos, um envelope lacrado, com o título do trabalho e um breve Curriculum Vitae, contendo: nome completo, última titulação e atividades profissionais em desenvolvimento, endereço completo com endereço eletrônico;
4. Dados técnicos: os artigos deverão conter de 5 a 15 páginas, incluindo texto, referências e ilustrações; Página: formato A4; margens: superior 1,5cm, inferior 2cm, esquerda 2cm, direita 2cm; medianiz 0,7, fonte Times New Roman tamanho 12, espaçamento simples. Deverá ser usado editor Word for Windows.
5. Depoimentos e resenhas não têm limite mínimo e máximo de páginas.
6. As referências devem seguir as normas da ABNT (NBR-6023:2000), no final do capítulo, digitadas em tamanho 12, sem itálico, com título da obra em negrito; citações seguirão a NBR 10520:2002.
7. As notas devem ser feitas no rodapé em tamanho de letra 10, a 1cm da margem inferior.
8. Os artigos deverão ser enviados em CD, acompanhado de três cópias impressas.
9. Os artigos deverão ser acompanhados de resumos em português e inglês de no máximo 10 linhas. As palavras resumo e abstract serão centradas, em negrito, tamanho 14, porém, o seu texto, em um único parágrafo, justificado, sem margem, em tamanho 12.
10. Deverá conter, abaixo do resumo e do abstract, até quatro palavras-chave (*key words*), também em tamanho 12;
11. O endereçamento para correspondência é: Revista Synthesis. Att. Coordenação de Pesquisa e Extensão. Av. Mal. Floriano, 947. Lages – SC. E-mail: micciencia@gmail.com
12. Os autores receberão, no período de até 35 dias documento informando sobre a análise pelo Conselho Editorial e pelos revisores;
13. Os autores deverão anexar, junto ao envelope lacrado, declaração autorizando a Unifacvest e a Papervest editora a publicar os artigos sem quaisquer custos para os editores, bem como desenvolver publicidade na mídia sobre a publicação;
14. A periodicidade de circulação da revista será semestral e os artigos serão recebidos até 45 dias antes do fechamento da edição. Para o primeiro semestre serão aceitos artigos até o dia 10 de março. Para o segundo semestre serão aceitos artigos até o dia 10 de agosto.

